

Maria Helena Toledo Costa de Barros

Disseminação da Informação:
Textos Articulados

Marília
2002



Maria Helena Toledo Costa de Barros

DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO:

textos articulados

Marília
2002



Maria Helena Toledo Costa de Barros

1410001548



DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO:

textos articulados

Texto apresentado como exigência do Concurso Público para obtenção do Título de Livre-Docente na Disciplina "Disseminação da Informação" junto ao Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Campus de Marília



Marília
2002



Para

Mônica e Lee

*Antonio Carlos, Bia,
André e Marina*

*Cristina, Valmir, Victor,
Flavinho e Renato*

Felícia e Roberto (o “Güi”)

Minha família muito especial

Agradecimentos

*aos colegas da Faculdade de Filosofia e Ciências –
UNESP/Marília*

em especial

ao Departamento de Ciência da Informação

*para Maria Cecília Ernandes Martins, amiga e
profissional competente, que se dedicou a tornar
possível este trabalho e, em nenhum momento,
mediu seus esforços para terminá-lo.*

RESUMO

Entre a Abertura e as Considerações finais estão reunidos, neste volume, sete textos sobre disseminação da informação, que refletem a preocupação, o questionamento e a reflexão sobre o tema, vinculando-o a desenvolvimento, cidadania, ao papel do agente informacional, atividades educacionais, atividades disseminativas, cultura, biblioteca pública, ação cultural e memória. É uma temática sempre atual, que merece espaço nas discussões, tendo em vista a unidade de informação que se deseja atuante no cotidiano da comunidade, guardiã do seu passado e participativa no rumo do seu futuro.

PALAVRAS CHAVE: disseminação da informação; unidade de informação; desenvolvimento; cultura; cidadania; ação cultural; memória.

ABSTRACT

Between the Presentation and the Closing Words, this volume includes seven texts about information dissemination; which exposes some concerns, queries and reflections about the subject, linking it to development, citizenship, information agent role, educational activities, disseminative activities, culture, public library, cultural administration and memory. It is an ever up-to-date theme, which deserves place among the discussions, considering the information unit's desire to be active in the daily life of the community being its past guardian and participating in its future course.

KEY WORDS: information dissemination; information unit; development; culture; citizenship; cultural administration; memory.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A CIDADANIA	12
O PAPEL DO AGENTE DA DISSEMINAÇÃO: INFORMACIONAL, EDUCACIONAL, CULTURAL	26
ATIVIDADES EDUCACIONAIS DO SETOR DE REFERÊNCIA EM AMBIENTE DE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO	43
ATIVIDADES DISSEMINATIVAS EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO	58
DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DA CULTURA NA BIBLIOTECA PÚBLICA	78
MEMÓRIA E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO	89
AÇÃO CULTURAL E A SUA RELAÇÃO COM A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO	121
REFERÊNCIAS	111



APRESENTAÇÃO

Estão reunidos, neste volume, escritos meus que refletem ora a preocupação, ora o questionamento, ora a reflexão sobre textos lidos e práticas testemunhadas, antes como bibliotecária em atividade e, a partir de um determinado momento, como docente universitária. Escrevi-os em momentos diversos, por motivos variados e renomeei alguns, para compatibilizá-los com a proposta que se apresenta.

Como a vida, esses textos não apresentam rupturas entre si; eventos e textos decorrem de outros, mesmo que com tênues vínculos.

Em situação acadêmica, os fios da trama também se encontram e as meras ocorrências do acaso são raras; não costumam fazer parte do cenário nem das ciências humanas nem das sociais, que se organizam numa seqüência sem rupturas – mesmo que frágil e mal percebida.

Quanto à Biblioteconomia, no bojo da Ciência da Informação, como ciência social aplicada, também não se pode afirmar que seja uma ciência de descobertas, nem de acasos; vale dizer que depende quase integralmente de uma permanente reflexão crítica, para poder avançar na teoria e na prática que lhe são próprias, em sua interface com todas as outras ciências constituídas ou que venham a se constituir.

No processo de concurso para chegar à livre-docência, mais especificamente no que tange o Memorial, refiro-me às práticas mais moderna

ligadas à informação que, fazendo o avanço em termos de oferta, continuam captando, organizando e disponibilizando-a. Não mais com o espírito de deixar a critério do usuário a iniciativa de acessá-la, aleatoriamente, mas de optar pelo investimento em oferecê-la ao usuário mais provável, alertando-o e antecipando-lhe a oportunidade de contato com a informação disponibilizada; mudando, assim, o enfoque da própria atuação profissional.

Portanto, entendo que a informação seja organizada para ser disseminada e aproveitada (ou consumida, como querem alguns). Ao ser assimilada, que contribua para transformar (para melhor) o ser humano e o seu entorno, mesmo em pequeníssima medida.

Em *Disseminação da informação para o desenvolvimento e a cidadania* ponho em relevância a força da informação como elemento fundamental para o avanço do conhecimento; para conhecer o “outro”, reconhecendo-se o homem como ser no mundo; e, ao conhecer o próximo, poder estabelecer uma inter-relação de respeito e de equilíbrio social: de cidadania. Vive-se num mundo conturbado por graves problemas e a informação disseminada, nesse contexto, pode gerar alguma mudança para torná-lo melhor. Não sou ingênua, mas sou otimista quanto à ação.

Em *O papel do agente da disseminação: informacional, educacional, cultural*, abordo os três enfoques principais da sua atuação, os eixos de ação envolvidos, bem como traços e atitudes que compõem um perfil ideal desse

agente, nem sempre correspondente à realidade ou à demanda atual para cumprir o que se espera dele como catalisador do processo.

Na sequência, apresenta-se uma reflexão sobre as *Atividades educacionais do setor de referência em ambiente de disseminação*. Sob esse título óbvio, procuro dar destaque a um rol de atividades e programas que deveriam merecer a maior atenção dos profissionais da informação na sua tarefa de formação do usuário para o uso da unidade da informação, na sua complexidade, com o intuito principal de que ele esteja apto a usufruir o que lhe é proporcionado como ambiente e como recursos informacionais, encaminhando-o para a autonomia na esfera da informação.

O tópico seguinte, *Atividades disseminativas em unidades de informação* complementa o anterior e avança nas discussões, enfocando a especificidade da disseminação da informação quanto ao processo e às ações que lhe são inerentes. Nessa abordagem, envolve o fazer tradicional e os recursos tecnológicos da atualidade; refere-se a diferenças e semelhanças na ação desenvolvida em centros referenciais e centros culturais, além de descrever e comentar produtos informacionais criados em unidades de informação de diversas ordens, que acabam funcionando como mecanismos impulsores no processo de disseminação, com vistas à construção do conhecimento.

Relacionando informação e cultura, o texto *Disseminação da informação e da cultura na biblioteca pública* situa a atuação na agência informacional de maior amplitude, de grande alcance social, definida pela UNESCO como sendo



baseada na igualdade de acesso à informação para todo e qualquer membro da comunidade, sem preconceitos e exclusões, quer em área rural quer em área urbana, promovendo o conhecimento da herança cultural bem como o acesso às expressões culturais.

Como penúltimo tópico, é apresentado o texto *Memória e disseminação da informação*, cujo encaminhamento leva a reflexões sobre raízes, identidades, história e cultura, a serem preservadas para os pósteros como algo a ser zelado e, ao mesmo tempo, difundido, diante da função aglutinante que a memória deve exercer, nesse sentido, para a coesão e o fortalecimento de uma dada sociedade.

Por afinidade, segue-se-lhe o texto *Ação Cultural e a sua relação com a disseminação da informação*, em que são abordados certos aspectos conceituais, os elementos constitutivos do processo da Ação Cultural e a prática desenvolvida por alguns profissionais, discutida aqui em termos metodológicos e como programa relacionado com a disseminação em suas múltiplas possibilidades.

O fechamento dos textos se dá com um último olhar crítico sobre a temática, circunscrita aos aspectos aqui abordados, e intitula-se *Considerações finais sobre disseminação da informação*.

Uma ressalva final: por conta de certos autores ou certos textos revisitados, ora aqui são referidos bibliotecários, ora profissionais da informação; ora bibliotecas, ora unidades de informação. Quero deixar claro que este trabalho sobre disseminação circunscreve-se não apenas à biblioteca, mas a

toda e qualquer unidade de informação; não apenas ao desempenho do bibliotecário, mas dos demais profissionais da informação, envolvidos ou que poderão se envolver com algum aspecto da disseminação da informação, nesse processo-fim relevante.



DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A CIDADANIA

Todos nós – cada um de nós – almejamos ser cidadãos (mais) desenvolvidos.

Entretanto, até chegar-se a esse estágio de anseio, seria preciso, primeiramente, que se instalasse a consciência do que seria ser um cidadão e ser desenvolvido. Como tantos, esses são conceitos aprendidos com base no conhecimento sobre o outro e se dão por termos de comparação somente possíveis a partir de dados tornados significativos por meio do próprio capital/repertório prévio de informações, que se constrói ao longo da vida. E aí, sim, saber para querer.

Se, por um lado, a própria Natureza se encarrega de suprir cada indivíduo de um rol de conhecimentos básicos para a sobrevivência, outros são buscados em “agências” criadas pelos grupos sociais representados pela comunidade e pela sociedade mais ampla que, de alguma forma e em alguma medida, se encarregam de concretizar a mediação e a disseminação das informações do interesse daquele dado grupo social, seja ele, mais restrito ou mais abrangente. Enfatizam-se, aqui, informações que poderiam gerar conhecimento de interesse para tal grupo.

É preciso considerar, todavia, que nenhum indivíduo é igual ao outro, seja interior ou exteriormente, em que pesem as semelhanças, de ordens diversas.



Ora, pode-se entender o desenvolvimento como sendo o avanço do conhecimento, valor humano fundamental alcançado através da capacidade de cidadãos bem informados. A capacidade de pensar, tanto quanto a de aprender podem ser consideradas inatas naqueles indivíduos chamados “normais”, isto é, não portadores de síndromes genéticas, de desordens intelectuais causadas por traumas de acidente, e/ou de seqüelas advindas por conta de episódios viróticos ou bacterianos. Isto posto, vale entender que se discute a informação a ser disseminada, tendo como receptores indivíduos considerados intelectualmente aptos, dentro da chamada “normalidade”, com vistas ao desenvolvimento, para muitos entendido apenas como sendo o desenvolvimento econômico.

Vitro (1993, p.9) aborda, num de seus textos, que “o crescimento econômico não é consequência natural de mais e mais informação. Ele está mais relacionado ao grau de desenvolvimento dos mecanismos que numa sociedade estimulam a capacidade das pessoas de criar e aplicar conhecimentos”. Por outro lado, apesar das semelhanças e afinidades, esse autor afirma que ambos os termos apresentam diferenças, estando um ligado à produção e o outro ligado à renovação e expansão (do conhecimento). Porém, o volume de informação produzido pela humanidade não é captado pelos indivíduos da mesma forma, diante das diferentes possibilidades de acesso, com diferentes fontes de motivação; nem com a mesma capacidade de absorção, seja por fatores intrínsecos, seja por fatores extrínsecos ao próprio feito de participar do circuito da informação.

Se desenvolvimento pode ser entendido pelo ângulo da economia, pode ser visto também sob a ótica do bem-estar, com a aplicação do conhecimento, numa determinada sociedade, com vistas à qualidade de vida, melhorando-se as condições relacionadas com os direitos sociais, isto é, aqueles que “dizem respeito ao atendimento das necessidades humanas básicas, como alimentação, habitação, saúde, educação, etc.”. (COVRE, 1998, p.14)

Um outro texto (SOUZA,1999, p.72), reafirma que “a concepção mais comum, e também coerente com as práticas e políticas estimuladas pelo Estado, é a de que desenvolvimento é crescimento econômico”, sem levar em conta a questão da estrutura social e das relações de classe; nem “...chegam a tocar as condições de pobreza e miséria de consideráveis contingentes da população”. (SOUZA,1999, p.73)

É preciso considerar também que o desenvolvimento econômico coletivo – o não individual – pode sobrepujar problemas sociais de grande monta, mesmo por interesses subjacentes e configura-se como resultado de uma estratégia (ou de um conjunto de estratégias) que cria melhores condições de vida, ao encontro dos já referidos direitos sociais, envolvendo e incluindo os indivíduos que fazem parte daquela comunidade/sociedade, muitos deles até então excluídos, porque “despossuídos”, e essa é uma questão que diz respeito a todos os cidadãos. Dessa forma, “... se pode depreender que desenvolvimento social é uma mobilização e dinamização de condições de educação, saúde, lazer e serviços

especiais em geral, de modo a dotar a população de condições básicas de inserção no processo de desenvolvimento econômico”. (SOUZA, 1999, p.75)

Falando sobre as novas tendências do debate sobre o desenvolvimento social, Kliksberg (1998, p.21) observa que “As conhecidas hipóteses básicas giram em torno da visão de que realizando enormes sacrifícios para alcançar metas de caráter macroeconômico que impliquem equilíbrios econômicos e financeiros, haverá progresso econômico e, finalmente, este se ‘derramará’ para o conjunto da população e chegará aos setores mais pobres arrancando-o de sua situação de pobreza dura”. E continua, considerando que “o caminho para o desenvolvimento parece ser muitíssimo mais complexo do que estas suposições” sobre produzir ou não um “cenário feliz”, com os fatos reais respondendo ou não “às suposições do modelo”, no caso, do “derrame”.

Mais adiante, Kliksberg (1998, p.23) aponta para a necessidade “de uma reanálise em profundidade dos impactos sobre o desenvolvimento de formas acumuladas de capital, até agora não avaliadas adequadamente”, quais sejam: o capital humano e o capital social, que ele destaca em termos de qualidade dos recursos humanos e de elementos também qualitativos, como “...valores partilhados, cultura, capacidades para agir sinergicamente e produzir redes e acordos voltados para o interior da sociedade” Kliksberg (1998, p.24). Nesse mesmo texto (p.25), encontra-se uma citação a Robert Reich, ex-Secretário do Trabalho dos Estados Unidos – portanto, atento à produção e às forças produtivas – que se refere aos “ganhadores” como sendo aqueles capazes de

identificar e resolver problemas, manipular e analisar símbolos, criar e manipular informação, neste século XXI, considerado como um século de conhecimento intensivo.

O que a leitura desses textos referidos deixa evidente é que a questão do desenvolvimento apresenta fragilidades e pode ser melhor equacionada, tendo em vista que o desenvolvimento econômico ganha mais consciência se produzir um desenvolvimento social ativo, que, por sua vez, necessita de um crescimento econômico para dar-lhe sustentação. Embora essas duas esferas do tema exijam atenção, tanto na teoria quanto na prática, Kliksberg (1998, p.35-36) lembra que “a experiência histórica das últimas décadas indica que, diante da tradicional desarticulação entre o econômico e o social (...) é possível pensar numa articulação integral entre ambos, que potencie profundamente suas complementaridades. As sociedades que conseguiram combinar ambos os tipos de desenvolvimento estão entre as mais avançadas do planeta e demonstram, com seu exemplo, que esta integração é factível”.

Para os profissionais da informação, este termo pode ser entendido como

- matéria-prima quanto como ferramenta para o desenvolvimento.

Se o impasse ou a grande barreira para se chegar ao desenvolvimento econômico e, de forma harmônica, ao desenvolvimento social, for a falta de informação e, conseqüentemente, de conhecimento, fica difícil estabelecer os vínculos que podem ser tão claros na teoria e aparentemente tão difíceis de serem atingidos na prática: a disponibilização e a disseminação da informação,

enquanto construto do conhecimento, como possibilidades de se chegar à utopia humana de desenvolvimento para o bem-estar, pessoal e social: a felicidade.

Entretanto, “a informação, para ser realmente importante e de valor para os usuários, tem que ser pertinente às necessidades dos usuários quando dela necessitam”. (FIGUEIREDO,1994, p.77) O autor considera que essa informação, como descrita acima, é a informação para o desenvolvimento e , nesse caso, funciona como ferramenta para atingi-lo, incorporando um valor relativo e variável, intrínseco ou instrumental. A esse respeito, uma das considerações feitas por Repo, citado por Figueiredo (1994, p.80), é a de que “deve-se falar do valor da informação em nível do usuário, em termos de valor com o uso, porque a situação de atribuir valor a serviços de informação é uma situação orientada pela necessidade”, enfatizada pela conclusão final de Figueiredo (1994, p.97), ao sustentar que “...somente quando a informação fornecida é relevante para as necessidades dos usuários é que ela será a ferramenta para o desenvolvimento”.

Diante da idéia de que “uma nova concepção do desenvolvimento deve levar em consideração tanto a dimensão política ou educativa quanto a cultural” (FAUNDEZ,1993, p.26) é preciso que, na prática, se esteja atento às questões importantes e às necessidades reais apresentadas em nossas sociedades, que, muitas vezes, podem estar “fazendo o jogo” da produção lucrativa, mais do que separando as necessidades expressas das necessidades reais. Esse é, contudo, um processo difícil e complexo, sem aparentes modelos educativos que se

sobreponham à penetração cultural que se efetua maciçamente pelos meios de comunicação de massa, por exemplo, oferecendo poucas possibilidades de uma relação dialógica e crítica, única maneira que se oferece para qualquer programa de educação e de desenvolvimento com chances de dar certo e no qual, ainda assim, vale a pena arriscar!

Um outro elemento se introduz na discussão do tema, qual seja, a cidadania, entendida por Pinsky (1999, p.19) como sendo aquela condição de “...ser qualquer atitude cotidiana que implique a manifestação de uma consciência de pertinência e de responsabilidade coletiva” e, assim sendo, envolve também “...uma série de direitos, deveres e atitudes relativos ao cidadão, aquele indivíduo que estabeleceu um contrato com seus iguais para a utilização de serviços em troca de pagamento (...) e de sua participação, ativa ou passiva, na administração comum”. (PINSKY, 1999, p.18)

Nesse sentido, a cidadania presume, entre outros, o direito (de cada brasileiro) à informação, apesar de o seu pressuposto sobre a educação e a cultura ainda estar longe de atender as necessidades reais da sociedade, diferentemente daquelas poucas necessidades expressas de que se falava acima.

Para Souza (1994, p.17), “... a tradição político-social brasileira tem sido de exclusão sistemática dos [seus] povos, de qualquer tomada de decisão”. Paralelamente, pode-se atribuir essa situação à falta de um modelo educacional que leve o indivíduo a se apossar de textos e de outros recursos formais de desenvolvimento intelectual que possam levá-lo a uma autonomia de

pensamento crítico, vinculada pelo autor mais precisamente ao uso que se dá à informação e à leitura. Complementando, ele diz que “a construção da cidadania, como decorrente do direito à informação e à leitura, não deixa de ser uma contribuição, embora nula se não for transformada pela ação diária de convencimento dos outros segmentos intelectuais, sobre a necessidade de transformar a realidade concreta, passando do discurso, da formulação legal, para a ação”. (SOUZA, 1994, p.20)

O questionamento sobre a construção da cidadania, no ambiente da informação e da leitura, leva Souza (1994, p.23) a apontar temas de discussão para os profissionais da informação, mais especificamente para os bibliotecários, como seguem:

- a) a identidade cidadã do bibliotecário*
- b) o seu poder de intervenção na sociedade*
- c) a identidade profissional do bibliotecário brasileiro*
- d) a autonomia de sua profissão dentro da sociedade brasileira*
- e) o que ele pensa como seus compromissos de classe*
- f) o que a sociedade civil pensa sobre os compromissos de classe do bibliotecário*
- g) o que os diversos povos brasileiros pensam sobre os compromissos que teriam os bibliotecários para com esses povos*
- h) a forma como os bibliotecários poderão conhecer os diversos povos brasileiros do ponto de vista de suas necessidades de construção de uma cidadania brasileira*
- i) o sentido divergente e errático, não contraditório, com que o bibliotecário brasileiro constrói o seu discurso político expresso nos CBRD*

Uma breve análise desses nove itens propostos pelo autor mostra a importância que lhes pode ser socialmente atribuída, além de profissionalmente

imputada: poder de intervenção na sociedade, que perpassa tanto a sua imagem como a auto-imagem. Todavia, é a crença nele próprio, pelos compromissos com os “povos brasileiros” que ele aprende a conhecer (se quiser, politicamente), desmascarando o discurso político não-polêmico expresso nos CBBDs (Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação) pela própria consciência política, que o leva a uma identidade cidadã profissional, em termos de autonomia, embora comprometido com sua categoria, esta eventualmente preocupada com a formação solidária de cidadãos.

Ao afirmar que a informação “... é um dos elementos que permite a todos nós ajustarmo-nos ao mundo exterior, de forma legítima e coerente, conquistando o status de cidadãos” (grifo do autor), Targino (1991, p.150-151) observa que a Constituição brasileira “...não elucida, não esclarece toda a carta semântica do termo cidadania, nem sequer arrola que prerrogativas são essas”. E pergunta: “Em que consiste ser cidadão? Como se constrói, como se manifesta, como se reconhece a cidadania?”.

Apontando o teor do art.5º, inciso XIV da Carta Magna brasileira, a mesma autora ressalta que a informação é um bem comum a todos; infere que sem ela não há o exercício da cidadania e entende que a informação, além de educativa, é democratizante. Contudo, há que se considerar a estrutura e o estado em que se encontram as unidades e os sistemas de informação no País, travando ou alavancando o processo de informar. É nesse ponto que se estabelece a encruzilhada da questão – para a qual convergem muitas

considerações dos autores aqui resgatados – que se entrança com essa questão do poder, apontada acima por Souza.

O direito à informação, garantido pela Constituição, é até agora mais abstrato do que concreto, pela falta de políticas públicas eficientes, geradas por cabeças lúcidas, conscientes, imbuídas do sentido legítimo de bem público, ligado ao desenvolvimento de todos e não de pequenos grupos exclusivos.

Além disso, os bibliotecários, bem como todos os profissionais da informação, precisam ter a noção de que a concretude da cidadania, na sua esfera profissional, apresenta duas dimensões: uma, ligada à competência técnica e administrativa relativa à informação “selecionada, organizada, em linguagem acessível e, necessariamente organizada” (TARGINO, 1991, p.158-159); a outra, ligada à responsabilidade de zelar e fazer compartilhar o legado do exercício da cidadania bem como “a participação real na vida do País, através do acesso à informação”. Essa é uma noção séria, que envolve muita responsabilidade social, ainda pouco assumida.

Em outro aspecto, Cavagnari Filho (1993, p.109), entende que a cidadania diz respeito à participação no processo de decisão política, envolvendo escolhas coletivas, para as quais é necessária a presença de cidadãos bem informados, isto é, com acesso a variadas e confiáveis fontes de informação, que lhe permitam condições de tomar decisões (mais) acertadas. Sempre existe o risco de manipulação da informação, que é um recurso do poder; todavia, a garantia pode estar no controle (que não é sinônimo de censura) exercido pela sociedade civil

sobre as fontes de informação, bem como sobre a qualidade e a diversidade do estoque informacional.

Voltando o foco para a proposição implícita no título desta seção, apresenta-se a discussão para o profissional da informação que, se tiver ele mesmo a consciência do conceito de cidadania, deverá estar atento às suas competências e conhecimentos desde a organização da informação, o desenvolvimento do acervo, as condições do acesso, do atendimento e da disseminação propriamente dita.

Contando com soluções conservadoras ou tecnológicas, o agente de informação (entendido como aquele que atua/age profissionalmente numa agência ou unidade de informação) dispõe de um parâmetro operacional alternativo, qual seja a comparação entre os procedimentos técnicos da Documentação e da Biblioteconomia, entre as características de ambas como campos sociais, que deveriam aliar-se numa prática mais consciente de “fertilização mútua” (ABATH et al., 1996).

Desta feita, o enfoque se diversifica e se intensifica, apontando para a meta do desenvolvimento e da cidadania; pelo ângulo da disseminação da informação, é preciso considerar:

- a) o conhecimento sobre o usuário da informação, suas necessidades reais e seus desejos;
- b) a formação e a educação continuada do profissional da informação (bibliotecários e sua equipe), que atentem também para os problemas

sociais advindos do baixo nível informacional das sociedades e assimilem que a informação pode reverter esse quadro, por meio de (muito) esforço e de atuação consciente;

- c) a contribuição dada pelo exercício do papel de formador de cidadãos pelo profissional da informação, cômico da sua própria cidadania e da postura política assumida no cotidiano;
- d) a disseminação da informação não é neutra, envolve uma carga ideológica de risco, mas que não permite a inanição ou a indiferença;
- e) a disseminação da informação, em que pesem todas as reflexões e aportes teóricos sobre o seu estatuto, se dá pela concretização da prática, envolvendo serviços e produtos informacionais, de acordo com o perfil do público-alvo usuário, que nem sempre sabe que é cidadão e que tem assegurados, entre outros, o direito à informação.

Diante das considerações expostas, pode-se afirmar que a inserção na cidadania e na sociedade tem como agências possíveis, pois, as unidades de informação que, a uma delas, a UNESCO (MANIFESTO, 1995) aponta como “...a porta de entrada para o conhecimento [e] proporciona condições básicas para aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento e grupos sociais”.

REFERÊNCIAS

ABATH, Rachel Joffily; RIOS, Gilvano Sá Leitão; MELO, Denise Gomes Pereira. A necessidade de uma fertilização mútua entre os campos da documentação acadêmica e alternativa. *Informação & Sociedade: estudos*. João Pessoa, v.6, n.1, p.23-44, 1996.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. Informação e cidadania as portas do terceiro milênio. *Revista da Escola de Biblioteconomia*. UFMG, Belo Horizonte, v.22, n.1, p.108-109, jan.-jun. 1993.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Primeiros Passos, v.250)

FAUNDEZ, Antonio. *O poder da participação*. São Paulo: Cortez, 1993. 120p. (Coleção Questões da Nossa Época, v.18)

FIGUEIREDO, Nice M. *Tópicos modernos em Ciência da Informação*. Lorena, SP: Gráfica Santa Teresa, 1994. 146p.



KLIKSBERG, Bernardo. *Repensando o estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos*. São Paulo: Cortez, 1998 95p. (Coleção Questões da Nossa Época, v.64)

MANIFESTO UNESCO BIBLIOTECAS PÚBLICAS 1994. Traduzido pela Fundação Biblioteca Nacional. São Paulo: CRB – 8ª. Região, 1998.

PINSKY, Jaime. *Cidadania e educação*. 3ed.. São Paulo: Contexto, 1999. 135p.

SOUZA, Francisco das Chagas. Construindo a cidadania? *Informação & Sociedade: estudos*. João Pessoa, v.4, n.1, p.17-26, 1994

SOUZA, Maria Luiza de. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1999. 231p.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, informação e cidadania. *Revista da Escola de Biblioteconomia*. UFMG, Belo Horizonte, v.20, n.2, p.149-160, jul. – dez., 1991.

VITRO, A Robert. Para uma economia do desenvolvimento baseada em conhecimento. *Revista Escola de Biblioteconomia*. UFMG, Belo Horizonte, v.22, n.1, p.9-37, jan./jun. 1993.



O PAPEL DO AGENTE DA DISSEMINAÇÃO: INFORMACIONAL, EDUCACIONAL, CULTURAL

Referindo-se à missão do bibliotecário, Fonseca (1992, p.102) retoma a linha de pensamento do Ortega y Gasset que identifica três momentos históricos na missão profissional, quais sejam: o Renascimento, em que cabia ao bibliotecário procurar livros, quando ainda havia relativamente poucos deles; o século XIX, em que o bibliotecário devia fomentar a leitura, então procurando leitores, já que o livro era considerado “socialmente imprescindível”; e, por fim, na chamada explosão bibliográfica, em que a ele cabia estabelecer a filtragem entre o livro e o homem.

Ao final do século XX, Cunha (2000, p.162-163) acrescenta que, se observa uma nítida tendência de trabalho interdisciplinar no mercado mais recente do trabalho da informação, que agora se configura pela amplidão da atividade de informação, dificilmente coberta “por um único profissional com uma formação única”. Evidentemente, várias pessoas – uma equipe- com formações diversificadas têm melhores condições de desenvolver um trabalho eficaz e de qualidade, inclusive podendo interagir melhor com a comunidade usuária ou potencial de unidade de informação, em geral.

Nesse sentido, além do trabalho em rede – disponível há algumas décadas – a cooperação com outros profissionais de informação implica a consonância com a realidade da instituição à qual o profissional pertence, tanto quanto com



outras do mesmo ramo de atividade. Além do mais, essa interação pode permitir melhores condições para o oferecimento de valor agregado à informação para o usuário, por meio de avaliação e de crítica aduzida. Considere-se também que esse trabalho coletivo sobre a informação pode gerar uma competitividade sadia, visto exigir novas competências e, certamente implicar um processo – e um projeto – de educação continuada, permanente, por iniciativa espontânea ou institucional.

O mesmo texto de Cunha esclarece que o sentido de equipe interdisciplinar não é o de necessariamente “estar junto”; a rede faz o papel agregador. O que conta são objetivos, principalmente aqueles voltados à educação do usuário, com o escopo de torná-lo cada vez mais autônomo na busca e no acesso à informação e de tudo que ela oferece, e todas as possibilidades de criatividade informacional propiciadas pela Internet; Cunha (2000, p.164) afirma que “é possível realizar um trabalho dinâmico de disseminação e troca de informações”.

Até aqui, pode-se verificar que a relação de atribuições dos bibliotecários envolveu, no passado, a procura por livros, o fomento à leitura e a formação do leitor, a filtragem / a seleção de textos. Mais recentemente, incorporaram-se o conhecimento sobre o usuário e a educação dele para o uso da unidade e o melhor aproveitamento da informação. Entretanto, Sponholz (1984, p.15) definia um quadro de conjuntos de atribuições de bibliotecários, que mesclava atividades de serviços-meio com atividades de serviços-fim, expondo novos

aspectos da rotina biblioteconômica de um passado mais recente, em pleno século XX.

Assim, são apresentados os seguintes conjuntos, em número de oito:

- Processos de aquisição, tratamento e conservação do material bibliográfico e multimeios
- Atendimento ao leitor (público em geral)
- Atribuições administrativas
- Serviços de extensão
- Preservação da memória do Estado
- Pesquisas: seletivas, exaustivas, correntes, retrospectivas e levantamentos bibliográficos
- Desenvolvimento de atividades que visem atrair novos leitores
- Desenvolvimento de atividades culturais

Observe-se que os resultados acima se referem a uma pesquisa feita sobre bibliotecas públicas e foram, no presente trabalho, alinhados por ordem de frequência decrescente; a pesquisa, embora desenvolvida somente na esfera da biblioteca pública e publicada há mais de quinze anos, presta-se para evidenciar a dedicação aparentemente maior do bibliotecário à gestão do que ao desenvolvimento da comunidade usuária, em termos educacionais e culturais.

Todavia, Oddone (1998, p.26) aborda “a nova face de um antigo personagem”, quando discute as transformações que vêm ocorrendo com o

papel do profissional bibliotecário, em contraste com o do cientista da informação, e deixa implícita a frustração pelas “...reações sempre mais adversas em relação ao baixo padrão dos serviços oferecidos pelos bacharéis em biblioteconomia”, em termos de expectativa e realizações.

Por que isto ocorreria? A própria autora responde que a prática do bibliotecário “...não deveria nem poderia constituir-se apenas pelo domínio dessas técnicas e procedimentos (...) Muito mais relevante é o papel que lhe está reservado nos processos de comunicação e transferência da informação e de mediação na construção do conhecimento”.

Hoje, a sociedade da informação, entendida como sociedade do conhecimento, informatizada, caracterizada pela informação como bem de consumo e que se utiliza de canais múltiplos da mídia, é “marcada por uma nova comunicabilidade e uma nova sociabilidade” (ODDONE, 1998, p.27).

Nesse contexto da atualidade, a autora insiste em que “o trabalho do profissional bibliotecário deve configurar-se, de fato, como tarefa de mediação, de interfaciamento, de filtragem, de elo de ligação no processo de apropriação de novos conhecimentos, requerendo qualificações diferenciadas e em constante evolução”.

Informar continua sendo a função básica do bibliotecário; o que muda, ao longo do tempo, é a maneira como ele assume (ou não assume) esse papel, qualificando-o pela formação continuada, pela postura profissional, pelo posicionamento social, pelas estratégias e instrumental adotado. Entretanto,

Oddone, no mesmo artigo, alerta que há um cenário de mudança, com marcas de uma nova cultura e um novo perfil social que parece ser perceptível apenas a alguns poucos profissionais que compreendem melhor do que os demais “... as novas dimensões que caracterizam seu exercício profissional”, praticamente impondo que o bibliotecário assuma um papel social a ele reservado, “relevante” segundo a autora.

Muita coisa mudou no aparato biblioteconômico, no século XX, e continua mudando. Diante das novas tecnologias de informação e de comunicação, a sociedade, em geral, e os profissionais, em particular, necessitam prementemente de “... não apenas uma adaptação a novas mecânicas e ferramentas, mas realmente um novo modo de pensar, sentir e viver, uma nova mentalidade, uma nova maneira de ver o mundo” (ODDONE, 1998, p.30).

Por outro lado, enquanto os meios de comunicação de massa geram e disseminam informação diariamente, construindo conhecimento, que eles mesmos registram e organizam, os bibliotecários demonstram dificuldade em disseminar informação do âmbito cotidiano, envolvendo o que diz respeito ao cotidiano cultural, literário, artístico, econômico e político, em nível razoavelmente assimilável pelo público em geral. Tem sido um trabalho deficitário.

A situação de mudança a que inúmeras crises e percalços levaram a sociedade atual, levaram-na também a novas maneiras de interagir, de

relacionar-se, de compreender e de ser compreendida: maneiras que se ligam às mudanças qualitativas produzidas pelas novas tecnologias que Pierre Lèvy, citado por Oddone (1998, p.29), designa por “tecnologias da inteligência”. Dessa forma, mudaram as possibilidades de suporte da informação, bem como mudaram as possibilidades de transmissão de conhecimentos, desde sua produção até o consumo, que implicam a incorporação das referidas tecnologias às rotinas profissionais. Todavia, como essas tecnologias não são exclusividades biblioteconômicas, os novos papéis a serem assumidos pelos profissionais da informação, mais claramente pelos bibliotecários, parecem não ter sido introjetados pela maior parte da categoria em atividade, o que vale dizer ser uma das causas mais fortes da provável insatisfação do público mais ávido e carente de informação, que se reflete naquelas “... reações sempre mais adversas em relação ao baixo padrão dos serviços oferecidos...” (ODDONE, 1998, p.26), já referidas acima.

Como se vê, os papéis do bibliotecário continuam praticamente os mesmos: informar e educar para o uso da informação e para o desenvolvimento, embora agora envolvam novos contextos, novos públicos, novas composições de acervo, novas formas de acesso à informação, novas demandas, novas maneiras de atuar, que, em contrapartida, exigiriam um novo perfil profissional. Entretanto, esse perfil não abrangeu, ao que parece, a generalização de uma mentalidade aberta às novidades e às inovações que

atingiram o mundo na virada do século XX, com vistas à chegada do século XXI; o que se percebe é ainda uma grande dificuldade para aceitar, avaliar e incorporar tais mudanças em uma prática voltada para o futuro, fora dos moldes conservadores.

Essa roda-viva gerada pelas novas tecnologias na ambiência da biblioteca veio reforçar e, ao mesmo tempo, pôr em cheque o papel de mediador da informação que é próprio do profissional que nela atua e pelo qual deve favorecer o estabelecimento da interação entre a informação (ou objeto do conhecimento) e o usuário, anteriormente estabelecida só pelos meios físicos tradicionais (histórica e culturalmente). Todavia, como a informação se digitalizou e se revestiu de uma virtualidade antes insuspeitada, esse papel de mediador, de longa data atribuído ao bibliotecário, está em educar o usuário (inclusive o usuário operacional) também para tirar o melhor proveito e obter autonomia no processo de busca da informação processada por meios eletrônicos ou disponível em rede.

Volant, citada por Oddone (1998, p.35-36) estabelece sete eixos de ação que envolvem um papel emergente de gerir sistemas de informação, nesse novo contexto: o metodológico, o estratégico, o cognitivo, o pedagógico, o tecnológico, o econômico e o sócio-cultural que, se articulados, poderiam garantir a consecução das múltiplas funções a eles relacionadas. Tais eixos dizem respeito à coerência dos sistemas, subsistemas, métodos e ferramentas bem como à engenharia documentária; à definição de políticas de

informação, à organização e à inovação; à resolução de problemas, à fertilização do saber, o questionamento e a interdisciplinaridade; à motivação e à formação do usuário na aplicação dos métodos e das técnicas de pesquisa, além do próprio tratamento da informação; o domínio do instrumental e sua adaptação visando o uso apropriado; à produção de valor agregado, além de assessoria às esferas decisórias e operacionais, no que tange as necessidades operacionais; e, em síntese, à contribuição para a autonomia dos indivíduos e para a aprendizagem coletiva, que possa desenvolver uma verdadeira cultura da informação.

O panorama concreto de virtualidade e instantaneidade da informação permite que o usuário da informação – não mais apenas da biblioteca – conquiste cada vez mais sua autonomia no controle dos processos de busca, de escolha e de satisfação das suas necessidades informacionais. Entretanto, diante da idéia de mediação, conceitualmente intacta, o perfil profissional do bibliotecário do futuro “...enquanto agente interfaciador no processo de transferência da informação e de construção do conhecimento, plenamente inserido na nova realidade social e cultural que surge com o limiar do século XXI”, necessita de “... um maior grau de clareza e competência na enunciação de nossos posicionamentos e convicções (...) que levem a pontos de vista mais críticos e perspicazes sobre nossa atividade profissional” (ODDONE, 1998, p.39).



Discorrendo sobre perfis e atitudes desejadas para que o profissional da informação exerça os seus múltiplos papéis, decorrentes das múltiplas funções, Castro (2000, p.145) pergunta-se “Diante do quadro das transformações atuais, qual o perfil ou modelo ideal de profissional da informação? Quais os saberes que deve dominar? Qual o seu campo de atuação?”. À ^ugrisa de resposta, o autor diz que é preciso relacionar o presente ao passado, levando em consideração as transformações histórico-sociais, entendidas

... como o acúmulo de experiências e adaptações às novas ordens e exigências sociais, científicas, tecnológicas, etc. dos tempos hodiernos que estabeleceram outras formas de comunicação, de linguagem, de relacionamento entre o homem e a máquina (computadores), entre a natureza e a cultura, entre o local e o mundial, entre o fazer e o pensar e, principalmente, no modus operandi do indivíduo frente aos seus valores com o mercado de trabalho e com o capital.

Após evocar o depoimento de autores que discorreram sobre as mudanças ocorridas no perfil do profissional bibliotecário desde a Antiguidade, em pequenas nuances, e mais acentuadamente em torno dos anos 50 e 60, já no início do século XX, o autor aqui referido diz que o domínio das técnicas, que caracterizava o “perfeito bibliotecário” desse tempo mais próximo, não se coaduna completamente com a década de 90, que delineia um novo perfil do profissional ideal, reconhecido como o Moderno Profissional da Informação – MIP.

Considerando que há diferenças significativas entre o chamado tradicional profissional da informação e o MIP, em vários aspectos do perfil, das atitudes e das atividades desenvolvidas, Castro (2000, p.151-152) traça um quadro comparativo entre ambos, do qual vale a pena destacar alguns pontos que interessam de perto ao papel do agente da disseminação informacional que se discute aqui:

- tratamento e disseminação de informação – enquanto o bibliotecário tradicional se envolve apenas com a informação impressa em suportes tradicionais, o MIP centra suas atividades na informação, independentemente do seu suporte físico;
- uso das tecnologias de informação – enquanto o bibliotecário tradicional faz uso tímido das tecnologias, o MIP usa-as de forma intensa;
- domínio de linguas estrangeiras – enquanto o bibliotecário tradicional não demonstra esse domínio, o MIP é ou procura ser fluente em outros idiomas;
- estudo das necessidades de informação e avaliação da informação disponível - enquanto o bibliotecário tradicional lida com o conceito de usuário e dedica-se à avaliação de coleções das bibliotecas, o MIP lida com o conceito de cliente e dedica-se à avaliação dos recursos dos sistemas de informação;

- relação com a sociedade - enquanto o bibliotecário tradicional estabelece a relação entre biblioteca e sociedade, o MIP a estabelece entre a informação e a sociedade.

Esse recorte do quadro montado por Castro (2000, p.150), a partir de uma revisão bibliográfica, permite resgatar sua citação de Wormell, o qual aponta que:

... o profissional da informação deve:

- *facilitar o uso da informação;*
- *navegar por sistemas do conhecimento e fontes de informação;*
- *consultar e assessorar sobre problemas de informação;*
- *gerir eficientemente os sistemas de informação;*
- *transformar os dados e os fluxos de informação entre sistemas;*
- *aliar os aspectos sociais e culturais;*
- *educar usuários;*
- *prover recursos para a 'alfabetização' informativa;*
- *apoiar políticas de informação, de estratégias e de negócios.*

Ainda fazendo uso do recorte, pode-se enfatizar que:

- a) do tratamento da informação até a sua disseminação, o profissional da informação deve cercar-se sem preconceitos ou idiossincrasias de todo e qualquer suporte de informação, entre físicos, digitais e virtuais, fazendo uso das tecnologias recentes de informação, para inovar a prática de mediação, ao disseminar a informação para o usuário/cliente.
- b) hoje, imperiosamente, essa função exige pelo menos o domínio instrumental dos idiomas mais globalizados, já que permitem um melhor acesso e entendimento de textos que despertam interesse pelo

inusitado da idéia, do tema ou do contexto, em realidades diferentes daquela em que se está inserido profissionalmente; em certos casos, tais textos valem como parâmetro para a ação aqui desenvolvida.

- c) quanto ao estudo de necessidades de informação e avaliação da informação disponível, são ambos procedimentos a serem feitos periodicamente e com a profundidade necessária para indicar, com a margem de acerto confiável e dentro das características desejadas pelo cliente (mais do que pelo usuário) serviços e produtos informacionais compatíveis com a sociedade como um todo, com parte dela, ou mesmo com a comunidade, considerada em âmbito mais restrito.

O profissional da informação – bibliotecário ou MIP – deve entender que a área física da biblioteca “perdeu” seus limites, simbolicamente, e deve ser ele a demonstrar isso, por meio de sua atuação proativa. Assim, as atitudes profissionais de hoje devem espelhar os perfis e os papéis assumidos dentro das funções histórica e culturalmente definidas para o profissional da informação, cujo propósito mais recente se liga à disseminação/transferência da informação e ao seu aproveitamento.

Almeida Junior (1997, p.91-92), atendo-se à função e ao papel do bibliotecário, diz que

A população não nos reconhece como úteis socialmente (...) porque, insistimos em não reconhecer a nossa verdadeira função social que não é apenas incentivar a leitura, mas trabalhar com a informação, levá-la àqueles que dela necessitam. Através dela, permitir que a população conheça seus direitos, saiba como

reivindicá-lo, possua uma consciência social e política que possa transformar toda essa estrutura social". E complementa: "nós precisamos atingir a população carente de informações. Não será com essa postura apática, passiva e reacionária de hoje que o conseguiremos. Não basta espalharmos bibliotecas em cada quarteirão, em cada esquina. É preciso que o bibliotecário que atuar nessas bibliotecas seja um outro bibliotecário; é preciso que ele seja consciente de sua real função social; é preciso que ele saiba que o seu trabalho pode e deve alterar pensamentos e comportamentos; é preciso que ele vá até a população, que ele procure o povo, que ele trabalhe com a comunidade.

No diálogo com bibliotecários notórios, Barros (1987) encontra vários papéis complementares que cercam as funções básicas do profissional que aqui se analisa e que se desenvolvem mais em um tipo de unidade de informação do que em outro, de acordo com a missão e com as necessidades inerentes a cada uma:

- promotor de leitura – seja ela em termos de estudo, utilitária ou de entretenimento, que muitas vezes depende de estímulo, da mediação que leva ao encontro com o texto e/ou com o autor, podendo ser o elemento desencadeador para a promoção do ser humano. Para assumir esse papel, o bibliotecário manifesta sua opção por abrir-se ou não se abrir para a realidade social, na tentativa de dar a sua parcela para diminuir a distância social, sendo ele um leitor, leitor do outro, do mundo e dos textos, e para promover o desenvolvimento do ser humano (ele próprio e o usuário) através do conhecimento disponível na unidade de informação na qual se insere. Como promotor de leitura, o bibliotecário precisa ser um leitor

crítico para educar o usuário a ser crítico, estimulando mais aqueles que demonstram menos tendência para a leitura;

- agente de mudança – o bibliotecário só consegue assumir esse papel se ele próprio tiver consciência da sua classe social; e, como liderança também se aprende, as lacunas da escolarização e da formação acadêmica (em que a falta de disciplinas sociais pode ter dificultado as reformas íntimas) podem ser superadas para que ele saiba como se conduzir e conduzir a equipe. Do mesmo modo, o ensino fragmentado pelo qual passou o usuário poderá ter as lacunas preenchidas pelo acervo disponibilizado e todas as informações ali contidas.
- intermediador/mediador da informação – por esse papel, o profissional consegue ajudar o usuário a encontrar-se como leitor. Com sensibilidade, o profissional bibliotecário, pelos serviços que presta ao usuário, muitas vezes dinamiza a informação disponível. Entretanto, nesse papel, pesa bastante a falta de orientação para o uso da informação, que pode, inclusive, criar o desconforto de existir material ocioso, evidenciado pelas estatísticas e desequilibrado na relação custo-benefício. Por outro lado, a mediação não se restringe à leitura, mas estende-se aos serviços informacionais que o profissional cria, planeja e desenvolve para o usuário em sua unidade de informação.

- educador – parece que, em geral, o bibliotecário está longe de perceber a função educativa da biblioteca/unidade de informação; por conseguinte, de perceber o seu papel de educador, em que ele irá depender de conhecimentos teóricos e de treino (muito treino) em relações humanas e relações públicas, com os quais ele irá encontrar o seu “modus faciendi”, usando o diálogo, os elementos pedagógicos para chegar à melhor solução. Embora a função informativa esteja mais consolidada que a formação pedagógica, no imaginário profissional, é com o instrumental (recursos e processos) inerente à Biblioteconomia, com aportes de outras áreas, que o papel do bibliotecário-educador poderá ser bem exercido em diferentes tipos de bibliotecas/unidades de informação. Por esse mesmo papel, ele será um facilitador do acesso à informação que gera o conhecimento para o usuário, contribuindo inclusive para a educação formal do indivíduo. No entanto, a consciência de administrar e disseminar a informação ainda é muito maior do que uma consciência pedagógica/educacional, na acepção do termo.
- agente cultural – esse é um papel importante para a dinamização do acervo, bem como de comunidades. Portanto, o conhecimento do contexto social é básico para o exercício desse papel e a tônica de toda e qualquer atividade desenvolvida no âmbito da biblioteca, tornando as instituições vivas e dinâmicas, seja promovendo eventos agenciando a cultura em

planos e manifestações diversas. Para alguns, cria possibilidades para o usuário de aprender a informar-se e de se tornar um cidadão mais livre, mais autônomo, de cabeça mais própria, mais individual, a seguir seus próprios caminhos, através dos preceitos da Ação Cultural: informar – discutir/debater – criar/re-criar o conhecimento.

As funções mais comumente imputadas ao bibliotecário, como agente da disseminação, são: informacional, educacional e cultural. Todavia, essas funções desdobram-se em vários papéis, assumidos ou não; e, se assumidos, com competência ou não. A diversidade e a complexidade desses papéis muitas vezes criam uma situação de risco para o profissional que, diante de tantos desafios, acredita que está apto a assumir muitos deles, acreditando no argumento falaz da sua polivalência. Porém, a aptidão do profissional vai até onde vai a excelência da sua formação básica e da educação continuada; o resto corre por conta da capacidade de criar e administrar bons projetos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. *Sociedade e biblioteconomia*. São Paulo: Polis, 1997. 129p. (Coleção Palavra Chave, v.7)



BARROS, Maria Helena T. C. de. *Presença de elementos pedagógicos nos serviços biblioteconômicos*. Campinas, 1987. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia – Pontifícia Universidade de Campinas.

CASTRO, César Augusto. Profissional da informação: perfis e atitudes desejadas. *Informação e Sociedade: estudos*. João Pessoa, v.10, n.1, p.142-156, jan./jun. 2000.

CUNHA, Miriam Vieira da. O profissional da informação e o mercado de trabalho. *Informação e Sociedade: estudos*. João Pessoa, v.10, n.1, p.159-167, jan./jun. 2000.

FONSECA, Edson Nery da. *Introdução à biblioteconomia*. Prefácio de Antonio Houaiss. São Paulo: Pioneira, 1992. 153p.

ODDONE , Nanci. O profissional da informação e a mediação dos processos cognitivos: a nova face de um antigo personagem. *Informação e Sociedade: estudos*. João Pessoa, v.8, n.1, p.25-41, 1998.

SPONHOLZ , Regina M. L. Pegoraro. Atribuições de bibliotecários em bibliotecas públicas. São Paulo: Pioneira, 1984. 66p. (Manuais de Estudo)

ATIVIDADES EDUCACIONAIS DO SETOR DE REFERÊNCIA EM AMBIENTE DE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Quando se fala em disseminação da informação – e disseminar significa divulgar, difundir, propagar, mediante condições e recursos de que se cerca o agente – percebe-se a força das atividades educacionais imbricadas nesse processo e que tais atividades ora se ligam à educação formal por que passa o usuário, ora à educação informal e/ou continuada, ou ainda à educação do usuário quanto ao uso complexo da biblioteca ou de qualquer outro tipo de unidade de informação.

Em Barros (1987) encontram-se várias reflexões pelas quais, reconheça ou não o papel de educador, o bibliotecário/profissional da informação desempenha-o mormente no Setor de Referência, até mesmo ao dar uma orientação rápida e eventual ao usuário quanto ao uso da unidade, do acervo e dos recursos disponíveis. Nesse sentido, ele é sempre o elo de ligação no processo de apropriação de novos conhecimentos e até de novos modelos a serem seguidos.

Considerando-se que ele reconheça o papel educacional que desempenha, algumas ações se impõem, ligadas às atividades inerentes às mencionadas categorias institucionais, para as quais são necessários perfis, posturas/attitudes e preparo específico. É preciso que o profissional esteja atento, mais que tudo, à dinâmica de mundo e ao conhecimento do usuário; sensível às novas maneiras

de interagir, de relacionar-se, de compreender e de ser compreendido, na tentativa de criar terreno para o usuário se desenvolver.

Nesse papel educacional, o profissional da informação é certamente o mediador da informação, até com nuances ora de professor ora de tutor, muito mais evidente – e preocupante – quando se pensa na transmissão do saber à distância (diferentemente da presencial), envolvendo novas mecânicas e novas ferramentas. No caso, a interação e a facilitação entre sujeito – objeto e entre sujeito – meio, que caracterizam a mediação da informação, abrangem a produção, a circulação e a transferência do conhecimento, seja no formato tradicional, seja num formato inovador, desdobrando-se nas mais diversas atividades inerentes ao processo.

Na realidade, o que se pretende é que o usuário seja sujeito do seu desenvolvimento na biblioteca/unidade de informação; para tanto, que ele conte com o suporte da biblioteca e do bibliotecário (o qual imprime sua própria marca e estilo à unidade, diferenciando-a das demais, positiva ou negativamente, por meio das atividades).

Nesse aspecto, pouco se tem discutido a ética que envolve o papel de educador do bibliotecário, quando a atuação positiva desse profissional, em um país ainda semi-analfabeto como o Brasil, corresponderia a uma parcela social importante de contribuição, através dos seus conhecimentos da área informacional e da sua maneira de proceder ao aplicá-los como educador, até mesmo no desempenho de atividades consideradas técnicas (BARROS, 1987).

Por isso, o desempenho profissional, quanto à disseminação da informação, deveria estar sendo visto com outros olhos e avaliado com rigor.

Entende-se que as atividades da biblioteca mais ligadas à educação formal são aquelas voltadas à orientação para a pesquisa bibliográfica, à normalização do trabalho de pesquisa, à orientação ao estudo. Tais atividades, diante da fragilidade atual do ensino ministrado, não se restringem ao ensino fundamental e requerem a atenção dos bibliotecários em todos os níveis. Paralelamente, a orientação à leitura de textos literários e não-literários apresenta-se como fator de complementação e de consolidação da educação formal, também em todos os níveis, transcendendo os limites das séries básicas.

Todavia, há um rol de atividades educacionais que antecede aquelas referentes à educação formal, sendo consideradas básicas e condição “sine qua non” para o uso da biblioteca/unidade de informação, na educação do usuário. Incluem-se aí a visita monitorada de apresentação da unidade de informação, a educação do usuário quanto ao uso das instalações, do acervo e dos recursos, bem como quanto à conservação e à preservação dos mesmos.

O terceiro nicho de atividades educacionais refere-se àquelas ligadas à educação informal e à educação continuada, que podem se dar apropriadamente sob o conceito da Ação Cultural e de acordo com a categorização do público-alvo, como se verá em outro capítulo.

Todavia, um falso problema interpõe-se nesta reflexão: os vários papéis que se apresentam ao bibliotecário não devem ser confundidos com

polivalência, no sentido estrito; ao atuar no Setor de Referência (sozinho ou em equipe), ele irá assumir as atividades educacionais e outras à medida em que tiver perfil e preparo para tanto. Contudo, a base administrativa que lhe foi oferecida na graduação, permite-lhe diagnosticar, planejar, implantar, controlar e avaliar qualquer que seja o programa pretendido, para o qual pode contar com colaboradores interdisciplinares da pedagogia, da psicologia, da arte-educação, da informática e outras área de interface eventual, cumprindo as atividades referidas com a eficiência que ele poderia não ter na sua especificidade; essa poderia ser, então, uma angústia não justificada, desde que devidamente analisada e dimensionada.

Como bibliotecário consciente de seu papel peculiar e da devida postura no processo de ensino-aprendizagem, almeja-se que ele use de bom-senso para ensinar o usuário a pensar, tecendo as redes do conhecimento com as conexões entre informações, entre textos, integrando saberes, o que vale não só para o usuário, como para ele próprio, nesse trabalho.

Portanto, é fundamental que o profissional se preocupe com a capacitação do indivíduo em utilizar o conhecimento e a inovação, para que possa usufruir do que o acervo e os serviços lhe proporcionam.

Nos dias de hoje, com a ampliação do raio de alcance do fluxo informacional e do aumento do volume de documentos produzidos e de informações veiculadas, dois aspectos merecem atenção e providências: um, como já foi sugerido, refere-se à capacitação do usuário no acesso, nas

interconexões e no aproveitamento da informação; o outro, não menos importante, na capacitação continuada do profissional com vistas às estratégias de busca-recuperação da informação e sua posterior disseminação, tanto no atendimento a especialistas quanto ao público em geral, sem desconsiderar o não-usuário.

É preciso ter presente, nesta reflexão, que este é um país em desenvolvimento, porém ainda semi-analfabeto; paradoxalmente, também, dois grandes grupos sociais se contrapõem: o da sociedade alfabetizada e o da sociedade da informação.

Grandes transformações ocorreram na sociedade e outras tantas ainda ocorrerão, mas não impedem que, no Brasil, convivam situações gravíssimas ainda decorrentes da subsistência do analfabetismo crônico do País, com uma outra em que já se impõem necessidades, artefatos, “modus operandi”, posturas (e novas marginalizações) causadas pela sociedade da informação, no seu envolvimento com as tecnologias da informação e da comunicação que afetam os grupos sociais sobre os quais incidem.

Por outro lado, o bibliotecário deve estar empenhado em estimular não só as possibilidades geradas pelas novas tecnologias de informação e de comunicação, mas também o uso mais efetivo dos materiais da unidade de informação, impedindo uma possível ociosidade dos mesmos; ele realmente estará contribuindo para a divulgação de materiais que levam ao conhecimento, isto é, selecionados como tal, mencionando-se livros, periódicos e outros,

derivados alguns dos meios de comunicação de massa, e que propiciam ações deliberadamente voltadas nessa direção, mesmo atendendo o modelo tradicional de trabalho de capacitação do usuário que está buscando o desenvolvimento próprio.

Se, para esse papel, exige-se do profissional que o assume, a consciência do seu desempenho e os elementos essenciais a uma atuação eficiente e de cunho pedagógico, no processo de capacitação usuária para o encontro com a informação (dados pela graduação e pela educação continuada), é preciso levar em conta que, hoje, se levanta uma abordagem interdisciplinar, envolvendo questionamentos sobre a motivação para o uso da informação e a aplicação de métodos e técnicas de pesquisa, na própria formação escolar ou acadêmica dos usuários. Em outro aspecto, é preciso questionar também o tratamento dado à informação (quanto aos elementos pedagógicos que ele pode incorporar), nas diversas etapas do processamento técnico, e que, aparentemente, não têm merecido uma discussão significativa por parte dos profissionais da informação sobre essa incorporação.

Na vertente educacional do fazer bibliotecário, freqüentemente, depara-se com dificuldades de leitura e de escrita, como entraves à assimilação da informação e ao avanço do conhecimento do usuário, talvez como espelho da desigualdade social, de um sistema de ensino deficiente ou do uso crescente do computador, pouco ortodoxo em suas exigências no que tange ambos os processo aqui mencionados. Isso ocorre em qualquer tipo de biblioteca/unidade

de informação, talvez mais na biblioteca pública, como instituição educativa extra-escolar. O que fazer?

A sala de aula parece não ser mais suficiente para resolver questões como essas, as quais muitas vezes emergem no ambiente da biblioteca com mais força do que durante a aula. Por uma série de fatores que não cabe aqui discutir, a unidade de informação tem potencial para oferecer alternativas interdisciplinares, no âmbito de sua atuação, sem atropelar ou invadir o fazer do professor. Além da conveniência de um trabalho integrado biblioteca-sala de aula, o bibliotecário (como sujeito ou como promotor) deve assumir que é um formador de leitores, mas de leitores críticos e, nesse sentido, precisa entender que não pode se omitir diante de um leitor, em qualquer nível de escolaridade, que apenas decodifica textos e os compreende, sem chegar a interpretá-los, para então poder criticá-los; nem diante daqueles que conseguem ir ao cerne dos textos, criticando-os, mas que se inibem na tentativa de redigir um texto, expondo suas idéias sobre o tema trabalhado para registrá-las. Leitura e escrita são interdependentes, complementares, sendo que as dificuldades dos usuários transparecem perceptivelmente na biblioteca/unidade de informação, pelas atividades de leitura, de pesquisa e de estudo que lá se abrigam.

Se há o que fazer, em termos de atividades educacionais voltadas à ênfase no ambiente de disseminação da informação – e já vimos anteriormente qual a sua relevância –, algumas variáveis são básicas e condicionantes: as qualidades de quem lida com pessoas –os usuários–, a discrepância entre autoritarismo das

ações e democratização da informação (tornando-a ao alcance de todos), a diversificação de recursos materiais e operacionais disponíveis (de acordo com as possibilidades oferecidas em cada uma das unidades, para aquele público-alvo). Nesse último aspecto, é quase indispensável que o trabalho em questão envolva texto-som-imagem; seja servindo-se da fala, da lousa e do giz; seja utilizando-se de slides, de vídeos e de transparências; seja através de softwares e games diversos; ou tudo isso junto, de acordo com a realidade de cada um e o aparato de que dispõe.

Educar para o uso da biblioteca/unidade de informação é imprescindível para que o usuário derrube os mitos que a cercam, inicie ou continue uma história pessoal de convívio com o conhecimento registrado e de busca da informação/de mais informação, de mobilidade no ambiente e autonomia no uso do que cada setor oferece, mesmo em termos do espaço físico, das instalações, do acervo, dos equipamentos.

O convívio humano exige, em tal ambiente, adequação e respeito ao outro. Diante da diversidade de origem, de valores, de cultura e de hábitos, será a estipulação de regras que certamente balizará o aspecto social das relações interpessoais que ali ocorrem, usuário x usuário e usuário x profissional. Como a implementação das regras depende da sua compreensão e assimilação, esse seria o objeto de uma atividade educacional da unidade, mais precisamente do Setor de Referência, oferecida de forma eventual ou permanente.



Entrementes, como ambiente privilegiado para o estudo e a construção do conhecimento, por meio da pesquisa, as atividades educacionais previstas pela unidade devem contemplar tanto os treinamentos que envolvam aspectos cognitivos, quanto de habilidades relativas ao processo de leitura e de escrita, além de metodologias próprias para o armazenamento pessoal da informação e para a sua organização nesse nível, bem como de acesso a fontes formais e informais de informação.

No entanto, o próprio espaço físico da unidade de informação pode interferir na disseminação da informação que ali ocorra, seja pela mera distribuição desse espaço, seja pela falta de sinalização adequada dos setores e serviços desenvolvidos. Em geral, o profissional da informação pouco se envolve com a questão relativa ao espaço físico, que ele já encontra pronto e no qual só eventualmente tem condição de opinar, o que é demonstrado pelos raros trabalhos apresentados em congressos da área; por sua vez, pouquíssimos trabalhos são encontrados na área de Arquitetura a respeito do assunto, diferentemente do que ocorre em outros países.

Seria importante que se olhasse, numa visão científica, como se organizou o espaço físico nas unidades de informação em nosso país, ao longo do tempo, para que pudéssemos perceber o significado que foi atribuído à disseminação da informação nesse ambiente, nos diversos contextos, inclusive históricos e político-ideológicos. A evolução da disseminação, aqui, nunca foi neutra nem linear e a sua prática objetiva não é tão antiga que não possa ser rastreada para



estudos, já que o conhecimento do passado pode facilitar a análise do que se faz no presente e do que se deve planejar em termos de futuro.

No entanto, qualquer que seja a situação constatada, ela certamente permitirá verificar tanto a prática quanto o imaginário ligado à prática da disseminação da informação, na área do conhecimento que a circunscreve; e, para educar o usuário no uso do espaço da biblioteca/unidade de informação é preciso, antes de tudo, que se conheça como esse espaço foi concebido.

Por outro lado, a educação de um usuário que se deseja autônomo, envolve atividades ligadas ao uso adequado dos equipamentos/máquinas disponíveis para o acesso às informações, entendidas estas como o conhecimento constituído. Hoje, as unidades de informação estão sendo contempladas com alguns programas que beneficiam até aquelas mais carentes e desprovidas de recursos; as origens do apoio são diversas, ora do governo federal, do estadual e do municipal, ora de entidades privadas e de organizações não governamentais. Esses recursos, ainda escassos, já começam a chegar às unidades, mas ainda não fazem parte do cotidiano da maioria da população.

Assim, as atividades educacionais ligadas ao uso das máquinas e dos equipamentos, implementadas pelo Setor de Referência em ambiente de disseminação da informação, revestem-se de um duplo aspecto: primeiro, devem facilitar o acesso à informação encontrável através de um sistema informacional que se serve de aparato tecnológico para efeito “intramuros” ou “extramuros”; segundo, para propiciar ao usuário as habilidades adequadas ao correto manejo



de cada equipamento colocado à sua disposição, tendo em vista o caráter de bem público de que se reveste e pelo qual se deve zelar e preservar para ser utilizado em plenas condições de uso pela coletividade usuária, no presente e no futuro.

Por fim, é preciso abordar, nestas reflexões, as atividades ligadas ao lazer proporcionado nas/pelas unidades de informação.

Nos dias de hoje, em que as bibliotecas/unidades de informação assumem alguns aspectos de centro cultural, a oferta de área e de atividades de lazer ganha um certo relevo como possibilidade de entretenimento, de contraponto ao trabalho, de descontração. Certamente, essa possibilidade dependerá do porte do recinto disponível, bem como do arranjo do mesmo, quando se pensa que lazer tanto pode significar descanso quanto divertimento.

Porém, o lazer pode significar também o ensejo para o desenvolvimento pessoal e social. Como aponta Marcellino (1996, p.14),

Deve-se levar em conta que, se o conteúdo das atividades de lazer pode ser altamente "educativo", também a forma como são desenvolvidas abre possibilidades "pedagógicas" muito grandes, uma vez que o componente lúdico do jogo, do brinquedo, do "faz-de-conta", que permeia o lazer é uma espécie de denúncia da "realidade", deixando clara a contradição entre obrigação e prazer.

Todavia, o autor ainda observa que a opção por esta ou aquela modalidade de lazer, no recinto aqui abordado, irá depender das alternativas oferecidas, mas também de que "sejam estimuladas a participar e recebam um mínimo de orientação que lhes permita a opção" (MARCELLINO, 1996, p.16), seja

exercitando a imaginação, o raciocínio, a habilidade manual, ou o relacionamento social.

Entretanto, é preciso lembrar que muitas atividades podem ser revestidas de características e propósitos concomitantes como, por exemplo, aquelas que são, a um só tempo, educativas e lúdicas, aí incluídos os jogos de regras.

É preciso lembrar também das atividades ligadas à hora do conto ou contação de histórias, que talvez representem a mais difundida atividade de lazer, conquanto educativa. Aqui vale uma ressalva quanto ao processo e ao agente: o “era uma vez” é apenas aparentemente uma prática simples e o contador, caso não tenha as qualidades desejáveis, poderá tornar a atividade mal-aceita pelo público a que se destina, inviabilizando o resultado esperado.

Além disso, como segunda linha de atuação do Serviços de Referência, que Macedo (1990, p.13) aponta como sendo comuns a todas as bibliotecas, está a Educação do Usuário, que vimos desdobrando até aqui, seguindo os princípios e reflexões da autora, em termos de informalidade e de formalidade dessa inter-relação entre bibliotecário e usuário.

Nesse sentido, se os conteúdos estão postos, torna-se necessário comentar a forma com que podem se apresentar as atividades educacionais aqui tratadas.

Considerando-se que, para Belluzzo e Macedo (1990, p.94-95) , o conjunto de atividades educacionais que configuram a linha de educação do usuário para o Serviço de Referência e Informação, ligado ao Setor de Referência, revelam “...a preocupação com o usuário, determinando atribuições

ao bibliotecário de referência para observar questões de uso, hábitos, necessidades do usuário e, no momento certo, promover instruções e treinamentos dirigidos aos públicos já previamente diferenciados”, deve-se levar em consideração as “diretrizes para planejamento de educação do usuário, pelas orientações oferecidas, que apontam a necessidade de adequada infra-estrutura para possibilitar as programações”, quais sejam: “ter a casa em ordem”; detectar previamente os hábitos e necessidades do público-alvo; as formas de motivação do usuário, que podem encobrir barreiras físicas, lingüísticas, psicológicas do usuário.

Ainda em Belluzzo e Macedo (1990, p.86) estabelece-se uma diferenciação entre “Formação de Usuários” e “Treinamento de Usuários”. O primeiro processo “... compreende a transmissão de conhecimentos e o desenvolvimento de atitudes e habilidades voltadas para os diferentes tipos de usuários de bibliotecas”; o segundo

ocorre quando existem ações e/ou estratégias de natureza repetitiva, com o intuito de desenvolver determinadas habilidades no usuário tais como: a) o uso de obras de referência e dos catálogos. b) formas de solicitação de documentos por empréstimo e ou comutação bibliográfica. c) desenvolvimento sistemático de uma pesquisa bibliográfica, etc.

De qualquer forma, uma das autoras, dentro dessa temática, aponta distintas modalidades que abarcam as atividades educacionais, dentro de uma terminologia ainda não muito clara, em face da sua aplicação: educação, treinamento, instrução, orientação, pesquisa bibliográfica, etc. que é

especificamente desenvolvida por Belluzzo (1989), em sua dissertação de Mestrado sobre o processo de educação do usuário em biblioteca universitária.

Complementando a questão metodológica referente a essa temática, Pasquarelli (1996, p.55-60) indica instrumentos, métodos e meios de ensino, em que mostra caminhos e define modalidades didáticas já testadas por ela, como bibliotecária que é, em situações de aula, de seminário e de ensino personalizado, definindo cada uma dessas possibilidades em situação de formalidade, servindo-se de meios físicos e recursos materiais adequados a cada tipo de público, de circunstância e de oportunidade.

Tais indicações poderiam parecer óbvias, não fosse a costumeira ausência de atividades dessa natureza nos planos dos Setores de Referência de bibliotecas/unidades de informação, em geral, que demonstram pouco interesse em facilitar até sua própria tarefa, desenvolvendo ou encomendando vídeos instrucionais, por exemplo. Falta de hábito ou de criatividade?

REFERÊNCIAS

BARROS, Maria Helena T. C. de. *Presença de elementos pedagógicos nos serviços biblioteconômicos*. Campinas, 1987. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia – Pontifícia Universidade de Campinas.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. *Educação de usuários de bibliotecas universitárias: da conceituação e sistematização ao estabelecimento de diretrizes*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade São Paulo.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; MACEDO, Neusa Dias de. Da educação de usuário ao treinamento do bibliotecário. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.23,n.1-4, p.78-111, jan./dez.1990.

MACEDO, Neusa Dias de. Princípios e reflexões sobre o serviço de referência e informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.23, n.1-4, p.9-37, jan./dez. 1990.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996. 97p. (Coleção Educação Física e Esportes)



ATIVIDADES DISSEMINATIVAS EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

O processo de disseminar informações envolve dois aspectos fundamentais: o pressuposto de que há informações a serem disseminadas e que o próprio processo envolve estratégias e técnicas de comunicação.

Tanto num quanto no outro, portanto, existe a figura do emissor, a mensagem e necessariamente o receptor, elementos que viabilizam o ato comunicativo, seja de forma genérica, seja de forma direcionada ou, ainda eventual/pontual.

Senra (1994, p.40) diz que “a informação ganha sua existência tão-somente no plano de quem a recebe e não no plano de quem a emite” e que “...o dado só se tornará informação na medida em que provoque alguma ação por parte de quem o recebe...”, o que leva o autor a dizer também que deveríamos falar em disseminação de informações virtuais, tendo em vista que, somente no momento da recepção e da sua assimilação pelo destinatário, poderiam ser consideradas como informações cabais. Antes, apenas dados.

O “milagre” dessa transformação não ocorre por obra do bibliotecário/profissional da informação, mas, a tomada de certos cuidados e medidas prévias no planejamento da ação comunicativo-disseminativa contribuiriam certamente para um resultado positivo, em termos de aproveitamento, pelo usuário, do que foi disseminado, reduzindo-lhe incertezas, dando mais segurança às suas decisões, públicas ou privadas.



Assim, tanto consumidores residenciais da informação, por exemplo, quanto usuários comerciais da informação estabeleceriam e poderiam manter interações estratégicas com a informação mediata.

Em outra abordagem, a emergência de um mercado econômico-financeiro instável (e também ágil), exacerbado pelo poder de reflexo e de contaminação que a globalização apresenta, vem suscitando novas configurações organizacionais, como as “learning organizations”, por exemplo, que impõem uma reconfiguração de serviços informacionais. Seja como for, os sistemas de informação, hoje, estão sendo vistos como centros de resultados, já que envolvem com frequência situações ligadas ao desenvolvimento de produtos gerados pelo/no setor produtivo, que têm, como insumo, a informação – objeto da disseminação.

Em outro ângulo, pode-se observar o papel da informação desempenhado nas comunidades locais e nas sociedades regionais, sempre ligada a todas as áreas, mas com o foco na educação, na cultura e no entretenimento – entendida aqui como a mola mais provável para a dinamização da(s) comunidade(s) – a partir das unidades de informação de que disponham. A informação, no caso, configura-se como um sistema de informação, provavelmente em rede e prestando serviços informacionais à comunidade, talvez a única maneira (ou uma das únicas) de a unidade e o sistema de informação terem valorizados o conceito, a percepção e a imagem de que gozam, na própria comunidade.

Se os modos de disseminar informação, em algum momento, envolveram a comunicação pessoal, bem como o serviço telefônico e a remessa por correio, nos dias de hoje esses modos continuam a ser utilizados em regiões ou localidades que apresentam dificuldades com outras e mais novas tecnologias de informação e de comunicação. Todavia, algumas tarefas permanecem as mesmas para os profissionais envolvidos coma a disseminação: compilar, analisar, elaborar e publicar (tornar pública) a informação, abrangendo serviços de alerta e de disseminação seletiva da informação.

Os desafios aumentam quando a abordagem se volta para a construção da Sociedade da Informação, que circunscreve potencialmente os que têm acesso à esfera tecnológica e à informação que ela permite. Se a Sociedade da Informação (todos querem fazer parte desse novo grande “clube”!) é, por excelência, a sociedade do conhecimento, isso se deve ao valor que ela atribui ao tempo, em detrimento, talvez, do valor do bem-estar: de alguma forma, ela apresenta forças de exclusão, produzindo ricos e pobres em informação. (WERTHEIN, 2000, p.5).

Se houve ganho no alcance e na amplitude do fluxo – entenda-se da informação ao conhecimento – , esse aumento corre por conta também da informação disseminada em tempos da Sociedade da Informação, como as duas faces da mesma moeda.

Porém, Werthein (2000, p.5), além das forças de exclusão, atenta para novos aspectos, vistos por ele e por outros autores sob o rótulo de desafios éticos

da Sociedade da Informação, ligados à perda da qualificação, ao desemprego, à invasão do espaço individual e da privacidade, ao simulacro dos relacionamentos e muitos mais, mesmo com vínculos remotos com a informação acessada ou veiculada.

Essas considerações, de ordem geral, ainda esbarram em perguntas aparentemente prosaicas, como: o que disseminar? Para quem disseminar? Com que fim disseminar? Como disseminar? Com que recursos disseminar? Onde disseminar? Relativas todas à informação encontrada ou acessível em unidades de informação. (MUELLER, 1990).

Entretanto, qualquer das perguntas acima, ao ser respondida, deve levar em conta o seu contexto; e daí a necessidade da adequação à área de referência, seja ela pública, educacional, acadêmica ou especializada. Porém, a área, apenas, não garante nem a resposta, nem o acerto da mira; em qualquer uma delas, está subjacente a figura do usuário/da comunidade-alvo, em torno do qual se montam as estratégias, precedidas fundamentalmente de estudo que defina o seu perfil, e, conseqüentemente as metas a serem atingidas pelo processo/programa de disseminação da informação.

Se disseminação pode ser definida, em termos gerais, como sendo divulgação ou propagação, quando ela se associa e se complementa com informação – apresentando-se como disseminação da informação, especificamente – passa a relacionar-se com dados, informes, notícia, envolvendo conhecimento. Mas, é preciso considerar que o que representa

conhecimento para a área educacional, por exemplo, pode não representar conhecimento para a área especializada, e assim por diante.

Além disso, a disseminação da informação, enquanto processo, tem um funcionamento particular que, de uma certa forma define, até por antecipação, sua abrangência, seu âmbito, e seus resultados possíveis, reforçando suas características de especificidade.

Outro ponto a se considerar, na questão, diz respeito ao “formato” com que a disseminação se apresenta. Se o seu conteúdo é a informação, enquanto mensagem, esse “formato” está dado pelo veículo e pelas estratégias utilizadas no processo que configura a disseminação. Portanto, disseminação é, ao mesmo tempo, processo e ação, definida por atividades, serviços e produtos informacionais, abrangendo tanto aqueles considerados como tradicionais ou conservadores quanto os mais atuais e/ou inovadores. Alias, podendo uns e outros conviver sem conflitos.

Apesar de toda polêmica que envolve a conceituação de serviço e produto informacional, considera-se, neste texto, que o serviço é intangível e que o produto, decorrente de algum tipo de serviço, é tangível. Isto posto, entende-se também que um serviço instituído deve ser duradouro, dentro de uma periodicidade, e estável. Quanto ao produto, pode ser esporádico ou periódico; porém, atendendo as características do usuário a quem se direciona, o que certamente define o seu patamar e o grau de compatibilidade entre ambos.

Ligadas à disseminação da informação, podem ser referida algumas atividades disseminativas importantes e bem recebidas em diversas áreas, em diferentes unidades de informação; em torno delas, destacam-se os serviços de alerta e a disseminação seletiva da informação – DSI (na versão tradicional e na versão tecnológica), enquadrados na 3^a. linha do Serviço de Referência de Macedo (1990, p.44). Perante eles, é necessário avaliar o contexto, a pertinência, o perfil do público-alvo, as opções, as modalidades e as variações, além dos recursos disponíveis; é preciso, portanto, definir a relação custo-benefício, antes mesmo de implantar serviços ou concretizar produtos.

Os serviços de alerta têm sido objeto de reflexão de Macedo e são abordados em diversos de seus textos. Seu universo principal de trabalho está naquelas instituições voltadas para a comunidade (biblioteca pública) e para a educação (biblioteca escolar e biblioteca universitária), com poucas incursões em outros focos de interesse. Macedo nos ensina que alerta e disseminação da informação (que ela enfatiza como uma das cinco linhas de atuação do Serviço de Referência) servem para a divulgação do que é novo, com característica mais geral, e englobam: murais contendo notícias de eventos locais e externos, sobre recreação artística e listas selecionadas de novas publicações; “displays” para exibição de itens novos (livros, folhetos de editoras, catálogos diversos, notícias sobre escolas, universidades e concursos); apresentação da produção própria (bibliografias temáticas, didáticas e sobre literatura, sumários de periódicos correntes, resumos, etc.. sobre assuntos novos e eventos), dispositivos para



distribuição livre de folhetos variados; além de informações de interesse, pela mídia. (MACEDO, 1990, p.17-18)

Pode-se considerar a disseminação da informação-DI como sendo de ordem geral, não especializada, mesmo servindo-se da segmentação de público em seus propósitos. Já a disseminação seletiva da informação – DSI, pode ser considerada como sendo de ordem especializada, em todas as áreas do conhecimento, e é direcionada a perfis específicos de público usuário da informação ou de unidade de informação. Ambos os casos permitem entender que há serviços e produtos convencionais e não convencionais, bem como aqueles considerados tradicionais e tecnológicos.

Observe-se que, enquanto o Serviço de Alerta apenas chama a atenção para a informação, a Ação Cultural, como abordagem metodológico-instrumental é viável e adequada para DI, em projetos ligados às bibliotecas/unidades de informação mais próximas da ambiência social e educacional. Ao reservar-lhe aqui um capítulo exclusivo para essa prática, a ênfase já estava posta no seu poder de disseminar informação, de uma forma que até pode ser considerada como alternativa, pelo tipo de projeto com que se apresenta. Entretanto, é preciso incluí-la novamente na pauta quando se está tratando de atividades disseminativas, para um público não especializado.

O público especializado, ao contrário, requer um tratamento diferenciado, como alvo da disseminação da informação implementada em bibliotecas/unidades também especializadas. Vai daí que a DSI não pode ser

genérica, tanto no processo tradicional quanto no processo tecnológico de informação.

Desde Milton Nocetti (1980), vários autores já se dedicaram a conceituar e a descrever a disseminação seletiva da informação. Sampaio e Moreschi (1990) definem o conceito da DSI, após uma revisão de documentos nacionais, publicados no período entre 1980 (a partir de Nocetti, portanto), em que se associam três características básicas para efeito de disseminação: o recente, o relevante, o selecionado, de acordo com um perfil pré-estabelecido, numa determinada área de conhecimento. Com base em várias fontes consultadas, as autoras vinculam o ato de disseminar ao sentido de canalizar informação; evitando perdas e desvios em relação ao usuário-receptor, considerado dentro de um perfil e não meramente como indivíduo. Apontada pelas autoras, a estrutura de DSI indicada por Nocetti (1980, p.15) permanece fundamental, embora Sampaio e Moreschi (1990, p.45-46) acreditem na importância de estudos preliminares à sua implantação, quais sejam, um diagnóstico fiel do sistema informacional, principalmente quanto ao serviço estruturado de referência, recursos humanos para a DSI, as programações já existentes ligadas à informação. As autoras consideram que, diante da explosão bibliográfica, a DSI age como um “filtro” entre o pesquisador e os documentos publicados, e tenta estabelecer um fluxo contínuo de recebimento de informação, por parte do usuário, voltado à sua atualização e, indiretamente, à de sua área.



Noronha e Cuenca (1992, p.29) analisam os resultados de avaliações de 10 programas de DSI, todos em Saúde Pública e direcionados para a área acadêmica, em que se destaca a preferência por levantamentos bibliográficos, sumários de periódicos correntes, monografias, resumos de artigos, como apoio bibliográfico ao desenvolvimento de pesquisas. Por esse relato de pesquisa, a clientela valoriza sobremaneira o serviço oferecido, com um percentual de 92,6% de opinião favorável aos benefícios proporcionados em termos informacionais; no alto grau de acerto quanto à relevância do material fornecido via DSI, apontado por 89,9% dos usuários; e o interesse manifestado pela própria participação no programa.

Artigos como esses levam à reflexão sobre a importância da DSI para o desenvolvimento da pesquisa e, conseqüentemente, para o avanço de todas as áreas do conhecimento em nosso país, durante todos esses anos.

Todavia, a reflexão nos leva também para as dinâmicas e as mudanças constantes, na esfera da informação, tanto quanto para o seu lado “sombrio”, da inanição e do descompasso, aparentemente pouco comentado. Se nos anos oitenta e meados dos anos noventa os usuários da DSI mostravam-se satisfeitos com o que lhes era proporcionado como serviço e produto informacional, mais de dez anos depois as tecnologias se sofisticaram permitindo conseqüentemente a sofisticação e a ampliação desses serviços e produtos, bem como a criação de outros. E a satisfação, permanece nos mesmos patamares?

A observação atenta e os indícios apontados por “papers” e relatos referem um cliente cada vez mais minucioso, exigente, sempre às voltas com falta de tempo. Por outro lado, áreas antes quase apáticas em relação à informação, são hoje consumidoras em desenvolvimento; algumas de forma acelerada. Além disso, a demanda deixou de ser majoritariamente acadêmica para manifestar-se com força em áreas tais como “Agrobusiness”, Indústria, Comércio/Negócios, Meio Ambiente, Setor de Serviços.

Se o cliente mudou, as tecnologias de informação e de comunicação sofreram mudanças consideráveis, possibilitando a criação e a oferta de novos serviços e novos produtos, à altura do novo perfil de cliente. Pedrochi (1999, p.55), para o universo das cooperativas do setor agrário, elenca num quadro os seguintes serviços e produtos que podem oferecer: disk 800 (para tirar dúvidas); intranet; acesso a internet; serviço de extensão (aconselhamento e consultoria); serviço de referência; videoconferência; classificados; serviço de perguntas e respostas; serviço de referral; videotexto; current awareness; clipping; serviço de clearinghouse; informativo pontual; informural; indicadores; que a autora organiza por tópicos, mostrando aos eventuais interessados que vale a pena investir na ampliação do que já se faz e na oferta de novos serviços e produtos informacionais, alguns pouco conhecidos na área, mas que o profissional da informação domina e pode trazer como contribuição e insumo para o desenvolvimento do setor, em seu contato direto ou indireto com o produtor e com o homem do campo e sua família, mesmo à distância.



Do outro lado está a área da educação, que luta a duras penas pela sobrevivência da informação na escola, como relata Fernandes (2000) sobre a situação no Estado de São Paulo, quanto à rede pública de ensino. O setor privado não lhe fica muito atrás, mas apresenta alguns casos de atuação que fogem ao usual e resultados que, na maioria dos exemplos, acaba mesclando uma prática de caráter pedagógico próprio da biblioteca e diverso do da sala de aula.

Em 1987, o Centro de Documentação da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul listava, para a biblioteca, atividades ligadas ao estímulo à leitura (Hora do conto, Hora da leitura, Clube de leitura, Jornal escolar), de orientação aos usuários e sugestões de atividades da biblioteca por nível de escolaridade, todas elas de cunho educacional, ligadas à leitura, ao estudo e ao uso da biblioteca.

Dessa mesma época, foi possível extrair alguns exemplos de prática pessoal por meio de relatórios de trabalhos de Barros¹ (s.d.) que definem a seguinte divisão das atividades para a área, com características de DI:

I- serviços: assessoria cívica

 intercâmbio de material para as pastas de recortes

 filmagem e exibição das atividades promovidas

 acesso à internet

¹ Relatório da década de 80, período desta pesquisadora à frente de biblioteca escolar da rede privada.



- 2- produtos:
- calendário de eventos culturais e cívicos
 - painéis temáticos (textos e fotos)
 - pastas de recortes (textos e ilustrações)
 - painel geral de notícias de interesse (informes)
 - exposições artísticas e culturais
 - mostras científicas e tecnológicas
 - cursos, palestras e debates
 - listas bibliográficas por faixa etária e por editoras
 - concursos de textos, relatórios de viagens e visitas técnicas, e ilustrações (desenhos e pequenas esculturas)

Em Bortolin (2001), pesquisando bibliotecas infantis e infanto-juvenis brasileiras, encontram-se poucos serviços e produtos caracterizados como DI. Como serviços, podem ser incluídos: exibição de filmes e vídeo, elaboração de painéis comemorativos, desenvolvimento de bancos de textos teatrais, hemeroteca. Como produtos informacionais, podem ser listados: palestras temáticas, exposições temáticas, cursos temáticos, cursos “Primeiros Passos” (Ex: O que é leitura?), no meio de um elenco grande de atividades.

Em Almeida Júnior (1999, p.102-103), os itens não são muito esclarecedores para permitir a sua distinção entre serviços e produtos. Entretanto, a tentativa feita indica apenas três produtos e nenhum tipo de serviço informacional: exposições, museu de rua e eventos temáticos, citados entre vinte e três itens de natureza diversa, ora voltadas para a cultura, ora para o lazer.



Entretanto, é na relação com a área especializada que serviços e produtos mais apresentam opções, talvez por pressão da demanda dos especialistas. Como serviços, a literatura consultada aponta:

- serviço referencial
- respostas a questões factuais
- fornecimento de cópias
- comutação
- acesso a base de dados estrangeiras
- atendimento a consultas técnicas
- indexação de periódicos relevantes
- circulação de periódicos especializados
- DSI

Como produtos informacionais foram citados:

- traduções de textos (artigos)
- “currents” – sumários correntes
- listas de novas aquisições
- informações sistematizadas sobre competidores, gerais e por áreas específicas
- levantamentos bibliográficos e documentais
- publicação de resumos
- publicação de cadastros
- publicação de bibliografias

- publicação de fontes de pesquisas específicas
- bases de dados próprias
- boletins tecnológicos
- compilações críticas
- relatório tipo “state of the art”
- documentos de registros de patentes
- boletins sobre patentes
- notícias tecnológicas
- cadastro de consultores, por especialidades
- banco de bibliografias
- guias de fontes de informação
- diretórios diversos
- listagem de empresas e fabricantes

Percebe-se que, mesmo quanto à disseminação da informação para a área especializada, os especialistas ainda não fazem com muita clareza a separação entre serviços, produtos e atividades informacionais, chegando a misturar no mesmo rol, em alguns casos, a informação que se busca com a informação que se quer disseminada, e que desejam receber em pacote customizado.

É preciso esclarecer também que a separação foi feita, no bojo deste item, com exemplos extraídos de textos relativos às pesquisas de Figueiredo (1991) sobre a temática da disseminação da informação, inclusive naquilo que tange serviços e produtos informacionais.



As atividades disseminativas de que se trata, ocorrem em bibliotecas/unidades de informação, como vem sendo indicado desde o início deste trabalho. Mas, é necessário que se apontem ainda dois tipos diferenciados, dentre eles: o centro referencial e o centro cultural, que Gomes (2001) analisou e ofereceu como proposta arquitetônica de um modelo, tanto para a Arquitetura quanto para a Ciência da Informação, relacionando setores e atividades possíveis.

O pesquisador aponta alguns serviços voltados para o Setor Referencial, que poderiam ser qualificados como de disseminação da informação para pesquisadores de alto padrão:

- fornecimento de informação rápida, segura, precisa e agregada de valor;
- suprimento da demanda inerente à pesquisa do cliente, no que diz respeito ao conteúdo informacional adequado ao seu perfil;
- oferta de serviços de informação e de suporte à pesquisa;
- disponibilização de dados, informações e produtos informacionais atualizados, no âmbito da Arquitetura;
- fomento da divulgação e da transferência de informações/conhecimentos gerados na área da Arquitetura;
- oferta de serviços analíticos, interpretativos e consultivos;
- promoção de intercâmbio com outras entidades de pesquisa, ensino e tecnologia na área, do País ou do Exterior;

- estímulo à produção de documentos que registrem as experiências adquiridas, por meio de artigos técnicos, comunicações internas, seminários e reuniões científicas na área;
- implantação de serviços e geração de produtos informacionais, promovendo a disseminação da informação para o público-alvo.

Com pequenas alterações no texto, eis aqui a visão de um arquiteto sobre disseminação da informação para a sua área. Porém, o autor propõe um único prédio, com duas funções; a segunda delas corresponde ao centro cultural, onde novamente Gomes enfoca a disseminação, agora com outra conotação e outro público-alvo: profissionais de Arquitetura e de áreas correlatas, comunidade científica, profissionais de outras áreas, público em geral. Nesse aspecto, a disseminação da informação abrangeria a divulgação do que é produzido na área das artes, da ciência e da tecnologia, com aportes afins; diferentes formas de expressão artística, local, regional, nacional e internacional; proporcionar espaço para a difusão de manifestações culturais correlatas com a Arquitetura; disseminar informações sobre a memória e a cultura, em Arquitetura, bem como de produções experimentais fora do circuito comercial.

Em Teixeira Coelho (1997, p.89-90), pode-se encontrar o verbete sobre centro cultural independente, que, embora não trate de um modelo arquitetônico, como o de Gomes, apresenta um tipo de centro cultural "... desvinculado da administração pública e que tampouco se encontra sob o guarda-chuva fixo de alguma empresa ou fundação privada". Se o texto não fala de um modelo

arquitetônico, fala da “...ressemantização generalizada dos espaços vazios e sua ocupação pela cultura de uma forma inédita”.

Se as idéias e as raízes são distintas, distinta é também a face da disseminação da informação no centro cultural independente, que o autor exemplifica com centros brasileiros dessa natureza, da América e da Europa. Com poucos detalhes, Teixeira Coelho informa que geralmente esses centros são locais pluriculturais, com programação intensa e continuada, com participação intensa de artistas locais e de outros profissionais. Apresentam-se como circuito cultural e artístico alternativo, o que faz pressupor atividades também alternativas de difusão da informação, inclusive por meio da socialidade que tem como foco o café-restaurant e o impregna com “fonte de uma dinâmica cultural multirramificada e de sólida penetração no tecido comunitário”.

As unidades de informação têm muitas caras, ora envolvendo processos tradicionais, ora tecnológicos; na implementação de serviços e produtos, consolidam a função precípua que lhes cabe de informar, por meio de atividades disseminativas que caracterizam o seu fazer, um fazer que lhes é próprio e não mais genérico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. *Avaliação de Serviços desenvolvidos no Serviço de Referência e Informação em bibliotecas públicas*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade São Paulo.

BORTOLIN, Sueli. *A leitura literária nas Bibliotecas Monteiro Lobato de São Paulo e Salvador*. Marília, 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista.

FIGUEIREDO, Nice M. *Tópicos modernos em Ciência da Informação*. Lorena, SP: Gráfica Santa Teresa, 1994. 146p.

GOMES, Samir Hernandes Tenório. *Centro referencial e cultural de arquitetura: uma proposta de disseminação da informação*. Marília, 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista.

MACEDO, Neusa Dias de. Princípios e reflexões sobre o serviço de referência e informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.23, n.1-4, p.9-37, jan./dez. 1990.



MUELLER, Mary Stela. Comunicação, informação, biblioteca: uma abordagem integradora – um questionamento. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.19, n.1, p.7-23, mar. 1990.

NOCETTI, Milton. *A Disseminação seletiva da informação: teoria e prática*. Brasília, DF: ABDF, 1980. 60p.

NORONHA, Daisy Pires; CUENCA, Ângela Maria Belloni. Disseminação seletiva da informação para alunos de Pós-Graduação: doze anos de experiência em uma biblioteca acadêmica na área de saúde pública. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.25, n.3-4, p.29-39, jul./dez. 1992.

PEDROCHI, Mara Angélica. *Cooperativas agropecuária: um estudo comparativo de fluxo, produtos e serviços de informação*. Marília, 1999. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista.

SAMPAIO, Maria Imaculada C.; MORESCHI, Érica Beatriz P. DSI – disseminação seletiva da informação: uma abordagem teórica. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.23, n.1-4, p.38-57, jan./dez. 1992.



SENRA, Nelson de Castro. Por uma disseminação democrática da informação.

São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.8, n.4, p.40-45, out./dez. 1994.

TEIXEIRA COELHO. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997. 383p.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. *Ciência da Informação*, v.29, n.2, p.1-8, maio/ago. 2000.



DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DA CULTURA NA BIBLIOTECA PÚBLICA

De acordo com a Constituição Brasileira e outros documentos oficiais, todo cidadão brasileiro tem direito à informação, à cultura, à memória, os quais interessam aqui mais do que outros.

Ao longo do tempo, percebe-se que a informação é vista como um bem precioso e, dependendo dos valores sempre ideológicos que se lhe atribuem, seu compartilhamento é mais aberto ou mais fechado, em termos de filtragem, de acesso e de divulgação.

No trâmite entre a seleção e a transferência da informação, várias etapas vão se cumprindo, envoltas em procedimentos objetivos alguns e subjetivos outros, estabelecendo-se riscos ou facilidades para que o direito à informação se efetive, deixando de ser letra morta.

McGarry (1999, p.4) elenca uma série de possibilidades a respeito da informação, sem ser taxativo ou pretender garantir um conceito, numa acepção mais categórica:

A informação pode ser:

- *considerada como um quase-sinônimo do termo fato*
- *um reforço do que já se conhece*
- *a liberdade de escolha ao selecionar uma mensagem*
- *a matéria-prima da qual se extrai o conhecimento*
- *aquilo que é permutado com o mundo exterior e não apenas recebido passivamente*
- *definida em termos de seus efeitos no receptor*
- *algo que reduz a incerteza em determinada situação.*

Cabem algumas considerações sobre o excerto acima, partindo-se da primeira possibilidade apresentada, já que **fato** significa “coisa ou ação feita; sucesso, caso, feito”. (FERREIRA, s.d., p.614), enquanto que dado, entendido como “...elemento ou base para a formação dum juízo”. (FERREIRA, s.d., p.417) poderia ser interpretado e aceito neste caso como um quase-sinônimo na ponta da seqüência tradicional dado-informação-conhecimento.

Uma outra possibilidade aventada pelo autor diz respeito à questão do reforço do conhecimento. De maneira simplista, entende-se que o conhecimento se dá em função de cotejamentos feitos a partir de um repertório prévio de informações interconectadas que, se complementadas e acrescidas, ampliarão a esfera pessoal e/ou coletiva de conhecimento. Assim, a informação se configura como um reforço do que já se conhece e, nesse aspecto, merece objetivamente a atenção da teoria e da prática dos que estão na área da Ciência da Informação, cômicos de que a informação é um elemento-chave também para o desenvolvimento, a cultura e a memória.

Outra consideração a ser feita é quanto à afirmativa de que o conhecimento é **extraído** da informação. Por uma óptica alternativa, pode-se entender que o conhecimento é **construído** com informações, sua matéria-prima indubitável, visto serem elas “a substância bruta e essencial com que se faz alguma coisa” (FERREIRA, s.d., p.898). Esse aspecto põe o foco na questão da disponibilidade e do acesso à informação, com vistas à sua disseminação e ao seu aproveitamento.



Entretanto, o direito à informação, garantido a todos os brasileiros, muitas e muitas vezes esbarra nas questões de ordem prática ligadas tanto à disponibilidade quanto ao acesso à informação (não necessariamente nessa ordem) seja na mídia, seja nas unidades de informação caracterizadas como materiais ou como virtuais.

Ao afirmar que a informação pode ser definida em termos de seus efeitos no receptor, o mesmo autor abre campo para reflexões sobre quem seja esse usuário/consumidor da informação, no Brasil, sobre qual informação ele necessita ou deseja, que atenção esse usuário/consumidor da informação está recebendo por parte do produtor e do mediador, além de quais efeitos propriamente ditos são provocados por ela, em termos quantitativos e em termos qualitativos. Levantam-se, aí, mais algumas questões sobre: o teor da informação recebida, a ética (e a estética) que envolve sua recepção, bem como os possíveis efeitos da não-recepção, seja pela não-emissão ou pela emissão inadequada ou até mesmo insatisfatória da informação. Como se pode ver, são todas questões complexas que demandariam, cada uma delas, um estudo aprofundado, fora do escopo deste trabalho.

Num texto básico e bastante didático, Santos (1994, p.23) observa que os conceitos de cultura são variados e não consensuais, mas que é possível sintetizá-los em duas fortes acepções: “a primeira concepção de cultura remete a todos os aspectos de uma realidade social; a segunda refere-se mais especificamente ao conhecimento, às idéias e crenças de um povo”. Essa



observação, de ordem conceitual, permite estabelecer algumas reflexões, dentre elas a de que ambas as acepções não são excludentes, já que uma se refere mais à maneira de ser de qualquer grupo social e a outra, às especificidades desse grupo, em termos de constituição, caracterização e enfrentamento do cotidiano.

Ora, a cultura sempre envolveu informação, mesmo no seu nível básico de troca como o mundo exterior. Sendo assim, a cultura depende de um fluxo contínuo de informações que a alimente e permita que a herança cultural não se perca, mesmo sendo constantemente modificada pelo teor, pelo fluxo, pela recepção e pela assimilação da informação.

Em nível mais avançado, em ambiente tecnicamente organizado e objetivo, qual seja o das unidades de informação, deve-se considerar a maneira racional de acelerar e intensificar a passagem da informação ao estágio do conhecimento. Nesse aspecto, há que se considerar os procedimentos operacionais, envolvendo os serviços de alerta e disseminação da informação, que Almeida Júnior (1997, p.69) destaca como sendo aqueles que:

...referem-se aos serviços desenvolvidos pelas bibliotecas e oferecidos aos usuários. Devem, obviamente, ser estruturados a partir dos interesses e das necessidades dos usuários. Os serviços, na verdade, é que irão diferenciar a biblioteca de um mero depósito de materiais, de documentos, de um espaço inerte e passivo.

A década de 80, do século XX, foi muito propícia para a publicação de artigos científicos e de relatos sobre estudos de usuários, de comunidades e de uso do todo e/ou de parte das unidades de informação. Após essa concentração

mais evidente, esse tipo de estudo continua despertando o interesse dos pesquisadores, embora com um volume relativo um pouco menor.

Se a Ciência da Informação e, mais especificamente a Biblioteconomia, dão-se conta de que, em tempos modernos, é necessário conhecer cientificamente o usuário e a comunidade para melhor e mais racionalmente planejar o espaço, as instalações, o acervo, os equipamentos, os recursos, os serviços e produtos informacionais em função dos primeiros, Macedo (1985, p.246) já adiantava ser preciso antecipar-se aos passos do usuário, nas unidades de informação. Essa antecipação significa anteceder ao próprio usuário no encontro com a informação significativa, o que se dá por duas vertentes principais, quais sejam: conhecer muito bem o usuário e, por conhecê-lo (o seu perfil) estruturar serviços e produtos informacionais capazes de atender suas necessidades, explícitas ou não.

Quando se volta o foco das unidades de informação para a biblioteca pública, a questão da disseminação se reveste de uma complexidade impactante, como se pode ver abaixo.

O Manifesto da UNESCO sobre as bibliotecas públicas em geral (MANIFESTO, 1998, s.p.) afirma que “A biblioteca pública, porta de entrada para o conhecimento, proporciona condições básicas para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais”. Entende-se que são as aludidas condições básicas que irão concretizá-la como essa “porta de entrada” (escancarada, fechada ou



entreaberta) para o conhecimento. Na verdade, a porta de entrada se reveste de grandes interrogações sobre o ambiente com que se vai deparar, além do modo de ser e do estado em que se encontra tal ambiente, de tal modo que possa favorecer a construção ou re-construção do conhecimento. Nesse sentido, lembra-se que o setor de ocorrência da ação de disseminação está teoricamente e até formalmente localizado no que se costuma designar como Serviço de Referência e Informação, apesar de Barros (1987) insistir em que desde os processos técnicos desenvolvidos em bibliotecas, por exemplo, existem elementos pedagógicos em todos os serviços biblioteconômicos com potencial para levar o usuário ao conhecimento, antes mesmo que se dê a atuação mais explícita e incisiva do Serviço de Referência e Informação.

Aliás, não se pode esquecer das distintas situações das bibliotecas públicas das diferentes regiões do Brasil, nem dos diferentes quadros que apresentam, apenas para falar do seu porte. Entre grandes, médias e pequenas [pelo menos no interior do Estado de São Paulo, segundo Barros (1994)], verificam-se realidades discrepantes, quer em termos de serviços estruturados, de modos de atuação ou de conhecimento do usuário; deixam muito a desejar, no todo, com algumas exceções louváveis.

Portanto, será preciso voltar à discussão básica sobre o público-alvo, se houver a pretensão de avançar nos procedimentos para desenvolver a disseminação da informação e da cultura, na biblioteca pública, em geral.

Assim, é preciso lembrar que o público-alvo da biblioteca pública abrange alfabetizados e não-alfabetizados, de todas as faixas etárias, de todos os gêneros, todos os credos, todas as raças, todos os idiomas, todas as nacionalidades, todos os status sociais, além dos considerados ineptos por conta de pertencerem a minorias lingüísticas, serem portadores de deficiências, pacientes hospitalizados ou reclusos em prisões. Considerando-se que todas essas categorias de usuários têm direito à informação e à cultura registrada e, portanto contida em unidades de informação, como a biblioteca pública, pode-se afirmar que o acesso à informação tem condições de se dar “in loco” ou através de serviços de extensão, por meio das mais diversas estratégias.

As bibliotecas públicas, sejam elas de natureza estadual, municipal ou privada, têm como propósitos a inserção do indivíduo na sociedade, o desenvolvimento intelectual, cultural e social, além do bem-estar comunitário/social, com o intuito da melhoria geral das condições de vida.

O discurso teórico muitas vezes não encontra simetria na prática. Tanto é assim, que, freqüentemente, percebem-se práticas tradicionais, quase inócuas, em que a atitude passiva dos recursos humanos que se encontram em certas bibliotecas públicas só os levam a considerar as práticas da consulta e do empréstimo, obviamente indispensáveis, porém sem atentar para outras possibilidades inovadoras e eficientes.

Em contraponto, felizmente, começam a se destacar aquelas bibliotecas que inovam a prática, buscando a dinamização do acervo, gerando demanda informacional e novos conhecimentos, numa atitude claramente proativa.

Em geral, o que se percebe é que este tipo de atitude, na biblioteca pública, mostra-se desde a composição do acervo, quando diversifica-o em termos de texto-imagem-som, diversificando também os próprios suportes da informação: além do papel, disco, cd, disquetes, fitas magnéticas, filmes (cine e vídeo) e outros, acompanhando, na medida do possível, o avanço dos suportes e da preferência do público-alvo quanto a eles.

As atividades básicas do profissional da informação alocado no Serviço de Referência e Informação, continuam sendo aquelas já conhecidas – mas, nem sempre desenvolvidas e/ou levadas a sério: filtrar a informação, preparar a informação e gerir a informação que, evidentemente, extrapolam a disponibilização da consulta e do empréstimo.

Para uma agência informacional, como é a biblioteca pública, sua função mais elementar é canalizar a informação para o público em geral. Porém, essa canalização será mais eficiente na medida em que houver um cuidado maior, refletido no seu preparo e no trabalho desenvolvido e apresentado ao público-alvo na formatação de serviços e produtos informacionais a partir dos estoques de informação disponíveis “in loco” ou externamente.

Considerando-se que a informação é conhecimento que leva ao conhecimento, há que se ter um cuidado maior com a massa informacional,

muitas vezes jogada ao público, como se fosse uma enxurrada de informações, seja para disponibilizá-la, seja para disseminá-la.

Uma questão pouco abordada, quanto à biblioteca pública, diz respeito à distinção entre a disseminação interna da informação, praticamente só em nível de alerta, e uma prática ligada à dinamização da cultura, do lazer e da cidadania (BARROS, 2001), que pode ampliar o âmbito da disseminação da informação, pela biblioteca pública, fazendo dela o pólo irradiador numa determinada comunidade, com vistas ao desenvolvimento e ao bem-estar social.

Porém, qualquer tipo de atitude envolvendo práticas tradicionais ou inovadoras, depende de determinadas condições decorrentes da instituição em si, do ambiente, dos recursos e do perfil do próprio profissional da informação, ao se mostrarem favoráveis ou não às atividades possíveis.

Os propósitos da instituição em si, a configuração do ambiente, os esforços relativos aos recursos e o conjunto composto por competência-valores (morais, éticos, ideológicos)-postura profissional, devem levar em conta, nesse sentido, o uso de técnicas e tecnologias, os meios de comunicação, bem como suas diversas formas e linguagens, os próprios aportes administrativos e institucionais, considerando também que se está num tempo de espírito cooperativo e, portanto de compartilhamento de recursos.

As atividades de disseminação da informação, na biblioteca pública, envolvem tarefas e, por conseguinte, aportes operacionais. São, portanto,

atividades trabalhosas e que demandam critérios e responsabilidades, para não caírem no “amadorismo” romântico e ingênuo.

Se a informação tem a força que se lhe atribui, a disseminação da informação procura se apropriar dessa força para, primeiro, canalizar a informação para o usuário e, segundo, buscar a transformação social, pelo desenvolvimento cultural, lidando como o passado, o presente e o futuro, nas suas devidas dimensões.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. *Avaliação de Serviços desenvolvidos no Serviço de Referência e Informação em bibliotecas públicas*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade São Paulo.

BARROS, Maria Helena T. C. de. *Presença de elementos pedagógicos nos serviços biblioteconômicos*. Campinas, 1987. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia – Pontifícia Universidade de Campinas.

BARROS, Maria Helena T. C. de. *Leitura do adolescente: uma interpretação pelas bibliotecas públicas do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia – Escola de Comunicações e Artes – Universidade São Paulo.



BARROS, Maria Helena T. C. de. *Projeto dinamização da cultura, do lazer, e da cidadania no Município de Echaporã*. (em meio eletrônico). Marília, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [s.d.]. 1499p.

MACEDO, Neusa Dias de. Conceitos e diretrizes para o serviço de referência. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 4, Campinas, 1985. *Anais...* Campinas: Editora da UNICAMP, 1985. p.239-253.

MCGARRY, Kevin. *O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória*. Tradução de Helena Vilar de Lemos. Brasília-DF: Briquet de Lemos, 1999. 206p.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. 14ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 89p. (Coleção Primeiros Passos, v.110).

MANIFESTO UNESCO BIBLIOTECAS PÚBLICAS 1994. Traduzido pela Fundação Biblioteca Nacional. São Paulo: CRB – 8ª Região, 1998.



MEMÓRIA E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A inscrição em uma placa que me foi ofertada pelos arquivistas de Lima-Peru diz que “Escritura es buena memoria” e não me deixa esquecer que, sem registro, os fatos, impressões e sentimentos tornam-se meras reminiscências, efêmeras, voláteis.

Numa unidade de informação, os registros da memória são destinados a manter e consolidar a identidade cultural, ao se configurarem como patrimônio documental e patrimônio bibliográfico, em se tratando de bibliotecas, arquivos e seus afins. (LUPORINI, 2000; MILANESI, 2002). Estabelece-se, desse modo, uma vinculação entre vestígios/indícios, registros e campos documentais.

Nesse sentido, a materialização da memória é produzida, por exemplo, a partir de arquivos produzidos pela família, pela Igreja e pelo Estado, em seus diversos âmbitos, no sentido de reter/registrar ora cenas e sentimentos, ora idéias ou fatos e até mesmo feitos memoráveis, como testemunho, como prova, como memento.

O registro da memória se dá por meio de texto, de som e de imagem, utilizando-se de técnicas e tecnologias diversas, de acordo com o tempo e o contexto, dentro do processo civilizatório do homem, nas suas diversas áreas de atuação e convivência.

A prática memorialística investe na reconstrução do passado, construindo e reconstruindo a memória documental, em permanente cotejo com a história.

Lida com doações e aquisições, para constituir o patrimônio cultural e, assim, preservar a memória. Portanto, a prática memorialística de que se fala, envolvendo a preservação de bens culturais, principalmente documentais e bibliográficos, é uma prática social, institucionalizada e vinculada a uma política preservacionista.

Essa política define as diretrizes para a preservação do passado (a memória), mas finca seus fundamentos no registro e no resguardo do presente, preservando-o.

Luporini (2000) destaca que a recuperação de memórias particulares, por exemplo, denotam em certa medida, o anseio da busca das origens e da busca da identidade. Pode-se pensar que talvez sejam esses anseios que levem inúmeras pessoas a buscar fontes institucionais de registros de famílias, de localidades originárias, de árvores genealógicas, muitas delas decepcionantes ou pouco confiáveis. Emergem, em tais situações, as dimensões: material (o documento), funcional (a prova, o testemunho), simbólica (o valor pessoal e/ou social).

Por outro lado, a preservação da documentação local e regional, que a UNESCO preconiza (MANIFESTO, 1994), permite que se façam estudos para a compreensão do modo de pensar e viver dessa sociedade, no que se refere ao resgate da memória coletiva e à identidade cultural.

Para a UNESCO, ainda pelo Manifesto, é preciso que as unidades de informação (no caso específico, a biblioteca pública) se envolvam com a promoção da herança cultural (conquistas e imaginação da humanidade), a

apreciação das artes (desde as primeiras manifestações) e as realizações e inovações científicas, por meio do acervo ou por meio de eventos.

Nessas diretrizes da UNESCO, portanto, estão envolvidos alguns elementos significativos para a temática relativa à memória: herança cultural e patrimônio cultural, que incidem no acervo, nos registros, na preservação e, posteriormente, na sua divulgação.

Todavia, algumas questões se interpõem, de ordem teórica e de ordem prática.

Afora os grandes centros e as grandes instituições ligadas à área da informação, que contam com pessoal preparado e especializado, observações pessoais em pesquisas de campo e cursos de extensão para encarregados de unidades de informação² levam-me a preocupações quanto ao nível de conhecimento e de compreensão, em geral, sobre o que seja a memória de que se fala, como ela é constituída, como deve ser conservada e preservada, para ser disseminada.

Nesse sentido, o direito à memória, como fator de cidadania, não estaria sendo posto em risco, tanto quanto o patrimônio histórico-cultural? E os valores simbólicos, de referência cultural para a memória social, não poderiam se diluir, até desaparecer?

² Cursos promovidos pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, na UNESP/Marília ou nos municípios, em períodos variados.



Entretanto, uma outra questão se segue: quais os critérios para estabelecer o que é principal e secundário, expressivo e inexpressivo, valioso e comum? Nem sempre é possível ter claro que há valores objetivos e subjetivos envolvendo o que é memorável. Daí que o patrimônio cultural envolve também diversidade de juízos, conflitos e resistências ao se constituir, inclusive, como herança.

A falta de conhecimento e/ou de preparo de quem trabalha em pequenas unidades de informação, além de deixá-lo sem critério para estabelecer o que é o que não é representativo em termos de memória, produz um resultado preocupante.

Se é importante para o público dessas unidades identificar-se com o seu passado (“eu me vejo”, “eu me encontro”), essa identificação pode mesclar fantasia e realidade, por meio da “fidelidade” ao fatos e situações memoráveis, de que se encarregam, em parte, imaginário e inconsciente. Nessa armadilha também pode cair o pessoal das unidades de informação, se não estiverem bastante atentos e precavidos contra os riscos de perpetuarem algum desses desvios.

Assim, se é possível “reinventar” a memória, pelas distorções dos fatos, é possível fazê-lo também pela re-escrita, gerando documentos apócrifos, que só as pesquisas poderão afirmar se são ou não autênticos e confiáveis, mas que garantem, muitas vezes, “a memória do rei”, a história oficial, nem sempre verdadeira.

Todavia, a história popular, “simples”, vivida – mas não desprovida de fantasias – constitui e preserva uma tradição oral, que depende do registro alheio para integrar a memória preservada nas unidades de informação. Somando-se a objetos, as novas e diferentes formas de suportes transformam-se em documentos e fontes para a memória, permitindo o acesso às informações para diferentes grupos sociais e, em muitos casos, “a sua participação nos valores simbólicos da cidade, com sentimento de ‘fazer parte’ de sua feitura múltipla”. (PAOLI, 1992, p.28).

A política institucional e a política pública de preservação do passado/memória incidem sobre a cidadania, já que um país, tanto quanto uma pequena comunidade, precisa ser um país com raízes, de “significação coletiva e plural”, como aponta Paoli (1992, p.26).

A política de preservação da memória justifica-se, em unidades de informação, no que tange as tradições culturais todas, inclusive sob o polêmico registro de bens imateriais, na visão de Rhoden (2002, p.253), para quem a formação desse patrimônio intangível, que envolve os processos de criação e manutenção do conhecimento, justapõe sua face tangível quando apresenta seu produto: a festa, a dança, a peça de barro e cerâmica, por exemplo.

Um aspecto curioso das cidades, em geral, mas que diz respeito às unidades de informação em particular, é quanto à existência e à criação de “lugares de memória”, como Loporini (2000, p.205) designa os espaços vivenciais do passado e do presente, assim chamados diante da “...valorização

do estudo da memória local e sensibilização quanto às especificidades históricas e culturais do meio...”. Nesse caso, inclui-se grande parte dos prédios em que se instalam as unidades de informação e suas placas indicativas que, muitas vezes, homenageiam cidadãos ilustres e memoráveis, tentando perpetuá-los na memória da comunidade.

Entretanto, a memória só faz sentido se, após organizada e tornada disponível ao público, puder ser disseminada através de produtos informacionais, de tal forma que se permita não só a socialização do conhecimento, mas também a produção de conhecimento inspirada no acervo constituído.

Esse acervo, no caso, representa, a preservação das tradições culturais, enquanto as unidades de informação desenvolvem ou podem desenvolver um maior acesso a essa informação. Barroso (1985), falando da Biblioteca Nacional, refere-se ao auxílio possibilitado pelos computadores e pela microfilmagem (ainda atual) que, na preservação de periódicos, livros raros, jornais esgotados, além de livros preciosos em estado precário de preservação, encontra fortes aliados em técnicas e laboratórios de conservação.

A constituição da memória e a sua preservação desdobram-se na difusão, abordada por Storchi (2002) e por Chagas (2002) sob o ângulo do museu. Storchi argumenta que o amealhar se desdobra no expor e, nesse ponto de vista, o espaço destinado às exposições é um espaço de espetáculo, para dar sentido ao que pareceria não ter sentido, trabalhando conjuntamente ética, estética e lógica,

e indiretamente contribuindo para imprimir dinâmica e status à instituição cultural em pauta. Chagas, por sua vez, discute a dicotomia entre memorizar e esquecer, preservar e destruir, que ele liga a poder. O autor afirma (2002, p.18-19) que, quanto aos museus, “...preservar testemunhos materiais não é sinônimo de preservar memória [mas importa] a possibilidade de comunicações de idéias, sentimentos, sensações” e que “... a preservação de representações de memória é apenas uma das funções museais e sequer se pode garantir que seja a principal ou mais importante”. Na continuidade do texto, Chagas aborda as afinidades entre museologia, biblioteconomia e arquivologia, detendo-se na análise de sua natureza, de seu objeto e de seu público para, entre outras reflexões, permitir o questionamento sobre “quanto vale?” e “quanto nos foi caro?”, ligado ao documento, ao patrimônio, à memória e ao poder.

A prática social de preservação de bens culturais (ARANTES, 1989), com diretrizes postas pela política preservacionista, é abordada por Heredia (1992), quando apresenta o documento como testemunho/prova documental ligada a uma instituição, para o seu uso e para o serviço em si, com vistas ao futuro. Como decorrência, a ordem natural, original, dos documentos nem sempre pode ser mantida, já que o item arquivado atende determinados objetivos quanto à origem jurídica, ao caráter seriado e à unicidade do material. Diante disso, a relação entre informação e documento não se estabelece da mesma maneira entre a informação contida no documento de arquivo, no livro e no documento científico. Porém, a própria preservação (o seu propósito) implica a “hora da



comunicação” e aí, os métodos, técnicas, tecnologias e produtos informacionais que a envolvem podem ser bastante semelhantes.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio Augusto. A preservação de bens culturais como prática social. *Revista de Museologia*, p.12-16, 2º sem., 1989.

BARROSO, Maria Alice. Brasil: a preservação da cultura através da tecnologia. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.18, n.3/4, p.122-129, jul./dez., 1985.

CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n.31, p.15-29, jan./jun., 2002.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Arquivos, documentos e informação. In: *O DIREITO à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992 235p. p.113-120.

LUPORINI, Teresa Jussara. “Lugares de memória”: políticas pela preservação do patrimônio cultural. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n.27, p.205-217, jan./jun.,2000.

MACEDO, Neusa Dias de. Princípios e reflexões sobre o serviço de referência e informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.23, n.1-4, p.9-37, jan./dez. 1990.

MANIFESTO UNESCO BIBLIOTECAS PÚBLICAS 1994. Traduzido pela Fundação Biblioteca Nacional. São Paulo: CRB – 8ª. Região, 1998.

MILANESI, Luís. *Biblioteca*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2002. 116p.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: *O DIREITO à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992 235p. p.25-28.

RHODEN, Luiz Fernando. O patrimônio imaterial: algumas reflexões sobre o registro. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n.31, p.253-260, jan./jun.,2002.

STORCHI, Ceres. O espaço das exposições: o espetáculo da cultura nos museus. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n.31, p117-126 jan./jun.,2002.



AÇÃO CULTURAL E A SUA RELAÇÃO COM A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Foi na década de oitenta, do século XX, que a discussão sobre ação cultural instalou-se no Brasil, nos meios biblioteconômicos.

Essa discussão foi gerada por alguns textos marcantes, aqui publicados, que, direta ou indiretamente, tinham sido influenciados por movimentos franceses fortes, ávidos de mudanças e de renovação, e que lá eram identificados como de animação cultural.

Em meio a uma ou outra publicação esporádica, um texto publicado em 1983, pela *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG* causou um grande impacto na comunidade acadêmica, ao divulgar o pensamento de Victor Flusser sobre essa temática inovadora, como fora exposto para os profissionais reunidos no 11º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em João Pessoa (1982). A “boa nova” estava sendo expressa por alguém revestido de autoridade e com pleno conhecimento de causa: Flusser era doutor em animação cultural pela Université de Aix-Marseille, na França! O resumo que precede o artigo em questão (FLUSSER, 1983, p.145) esclarece que ali

discute-se a biblioteca como instrumento de ação cultural. Analisam-se as definições de cultura, as maneiras de assimilar a herança cultural. Enumeram-se as diversas ideologias da cultura. Analisa-se ação cultural manipuladora e emergente. Preconiza-se que o poder do expert pode ser ameaçado pela ação cultural na biblioteca. Preconiza-se também o contato da biblioteca com o não público. Analisam-se o livro e a leitura como instrumentos dialógicos.

O próprio resumo esclarece que essa abordagem da ação cultural (a tradução deixa dúvidas quanto ao termo mais adequado ao uso, já que, aparentemente tratava-se então de uma prática nova, no Brasil, este ainda pouco atento às minúcias terminológicas) apresentava-a como uma prática instrumental – portanto, de ordem metodológica.

Ao antecipar alguns tópicos do texto, o resumo informa que o mesmo analisa definições de cultura (no plural, pela diversidade de pontos de vista quanto a essa questão), além de ligá-las às maneiras também diversas de assimilar a herança cultural, remetendo à escala de valores culturalmente incorporados.

Ainda por antecipação, o leitor desse resumo inteira-se de que, em havendo vários pontos de vista definidores de conceitos, estes correspondem a posições ideológicas, com risco de serem manipuladoras em suas propostas de ação/atuação, delas decorrentes.

Após esses posicionamentos, até certo ponto alertadores, o autor aponta para a perda de poder do expert (o especialista, o versado, o conhecedor), aquele que domina o discurso e é visto como “o que sabe”; “o decididor”, no dizer de Moles citado por Morin, em Flusser (1983, p.161). Diante da ruptura criada pela ação cultural na biblioteca, “o decididor” perde sua posição, tão autoritária quanto os usuários são submissos às suas opiniões e decisões; pois a ação cultural, além de permitir que o usuário seja o sujeito de suas escolhas culturais,

permite-lhe posteriormente satisfazer as necessidades delas decorrentes, por meios livres e criativos.

Essa ação cultural libertadora, para Flusser (1983, p.156), articula-se “...em torno de três problemas: a invenção, a formulação e a criação”. Ver-se-á que esses problemas encontrarão na correspondência em Teixeira Coelho e Milanesi, em textos posteriores, esboçando-se uma discussão provocativa dentro da temática, como se apresenta mais adiante.

Entretanto, os três problemas, configurados por três ações, permitem que o destinatário da ação cultural planejada na biblioteca possa, na visão de Flusser, inventar, formular suas idéias e registrá-las, além de criar novos conhecimentos/expressões culturais, por conta própria, sem que “alguém” lhe diga o que fazer e como fazer – sempre aquele que supostamente sabe mais e, portanto, decide por ele. Autonomia e competência; é o que decorre da ação cultural, nessa perspectiva.

Ainda em Flusser, tem-se que a biblioteca que se importa com o não-público pode reverter a situação dessa ocorrência por meio da prática da ação cultural que, voltada para interesses e necessidades percebidos no público e eventualmente no não-público, pode estabelecer serviços e produtos informacionais voltados para ambos, com programações e decisões adequadas, ao mesmo tempo em que abre canais de comunicação com essas categorias de público.

Em tal texto, apresentado em Congresso em 1982 e publicado em 1983, Flusser referia-se objetivamente à análise que fazia sobre o livro e a leitura como instrumentos dialógicos. Quais as implicações desse tópico? Para ele, “... ação cultural é basicamente mediação e criação de acervo inseridos em contexto cultural bem definidos” (FLUSSER, 1983, p.148) e acervo, naquela época, resumia-se praticamente a textos impressos (no contexto brasileiro); o que significa que o que contava era a informação considerada no âmbito local, em suportes tradicionais. Limitada, portanto, mas permitindo o diálogo entre o texto e o leitor, na inter-relação com outros textos lidos.

De qualquer forma, considerando o livro e a leitura como recursos culturais de uma biblioteca daquela época, ainda assim o autor entendia ser possível a alguém assumir uma posição crítica diante da cultura.

Para Flusser, ao evocar Gordon Stevenson, o âmbito da cultura tem a ver com o domínio do bibliotecário e faz diferença, no desdobramento da temática, saber o que o bibliotecário faz, para quem ele faz e como ele o faz, demonstrando, inclusive, a incorporação que faz da problemática social no seu gesto profissional e da transformação por que possa ter passado, no seu desempenho em serviço, sintetizado pelo autor na afirmação de que “a prática da ação cultural, a animação [sic], é a prática política de uma profissão.” (FLUSSER, 1983, p.151).

Ligando acervo e contexto à cultura e à sua própria cultura de atuação, pode-se entender que não há porque haver neutralidade na atuação do

profissional. Mesmo porque não há ali um vazio contextual, até por conta de que os desejos da população, objeto da ação cultural ligada à biblioteca expressam, na maioria das vezes, necessidades criadas pelos meios de comunicação de massa para sujeitos consumidores de cultura, como se esta pudesse ser considerada meramente sob este aspecto.

A verdadeira população participante da cultura é formada por aqueles que conseguem descobrir suas verdadeiras necessidades culturais. Vai daí que essa é uma necessidade decorrente de cada cultura contexto e é decorrência de “um direito real à cultura”, que na prática, se traduz por “direito potencial à cultura”, pondo em evidência que o fato é também ligado às desigualdades e às injustiças sociais.

Sob esse argumento, o autor aborda uma questão que vem sendo um desafio ao desempenho do profissional para tentar a modificação de povo (os não participantes) em público da biblioteca e da cultura, isto é, aqueles que a usam e que são participantes do patrimônio informacional e cultural ali representados. Contudo, Flusser, no mesmo texto, alerta que, num processo de democratização cultural (expressa por uma política), se for possível conseguir “...transformar o público potencial em público efetivo, o não público não será transformado” (FLUSSER, 1983, p.162), porque, em alguma medida, continuará à margem da cultura, à margem do sistema cultural.

Entretanto, quando uma biblioteca se abre para a ação cultural, ela tem condições de se voltar para o não-público, num trabalho permanente de tentativa

de minimizar esse tipo de problema social que não pode deixar de merecer atenção e a reação das instituições, por caracterizar a falta de acesso à informação e conseqüentemente ser impeditivo do desenvolvimento e da cidadania.

Nesse sentido, pode-se ver o bibliotecário como catalisador da ação cultural, cuja meta é o desenvolvimento cultural integrado da comunidade, em duas dimensões: por um lado, o conhecimento da cultura existente e, “por outro, a criação de uma cultura que está constantemente a se fazer”. (FLUSSER, 1983, p.166).

Ainda nesse texto, o autor em apreço, dizia que desejava situar a questão da ação cultural na biblioteca, para que os “... profissionais da área possam aprofundar a reflexão e realmente criar uma nova biblioteca”. (FLUSSER, 1983, p.147).

Apesar de o texto analisado constar de 24 páginas impressas, talvez esteja aí, nessa frase, o âmago da questão: criar uma nova biblioteca, já que o modelo da época não satisfazia os especialistas-pensadores, diante do que vinham observando de uma prática inadequada e ineficiente dos que ali atuavam, tornando ineficaz ou inócua essa atuação.

A temática de Flusser correspondia, de certa forma, aos questionamentos de Luiz Milanesi, o qual, no mesmo ano – 1983, publicava *O que é biblioteca*. A linguagem clara, direta, fluente agradou essencialmente ao público jovem, puxado pelo seu alunado daquele tempo, que se entusiasmou com a proposta do



autor de que a “velha” pode ser “nova”, no sentido de rever-se e inovar-se, como está sintetizado no capítulo denominado *Projeto*. Todavia, esse pequeno livro, que causou tanto impacto na época, principalmente entre os profissionais em formação e em processo de educação continuada, ainda hoje se presta a reflexões pedagógicas, apesar de Milanesi desestimular oficiosamente a sua leitura. Explica-se: a sua participação, na Secretaria de Estado da Cultura, em São Paulo, à frente do Sistema de Bibliotecas Públicas e de outras divisões, permitiu-lhe vivenciar situações significativas e amadurecer, mais ainda, suas ponderações, que o levaram a produzir outros textos, dos quais se podem destacar *A casa da invenção* (1991) e *Biblioteca* (2002).

Em *A casa da invenção*, Milanesi (1991, p.7) aponta que “... tanto a forma quanto a função deverão ser delineadas a partir do meio social”. A forma da biblioteca (não importa como a chamem) envolve o espaço físico, as instalações, o “layout”, que precisam ser confortáveis e agradáveis à vista, mas confortáveis e agradáveis à vista do seu público, da sua comunidade e não de eventuais visitantes, “usuários de um dia”. A função, que não é única, se desdobra nos vários papéis exercidos pelo bibliotecário, diante de uma característica e de uma necessidade local; como diz o autor; imprimindo à biblioteca a face que melhor lhe caiba em termos da “... mutabilidade que reflete a sociedade e que, ao mesmo tempo, procura mudá-la” (MILANESI, 1991, p.7), no que tange a forma e a função.



As bibliotecas que não se renovam e não se revigoram correm o risco de não dar respostas às necessidades informacionais e culturais locais, já que cada comunidade apresenta um perfil próprio, formado ao longo do tempo, dentro de determinados valores. Mesmo assim, cada comunidade (usuários, usuários potenciais e não-usuários) apresenta uma mutabilidade tal que deve ser levada em consideração e acompanhada pela biblioteca em seu projeto permanente de atuação e em constante processo de atualização. A menos que tenha parado no tempo e não tenha percebido o fato.

Em um país tão grande como o nosso, que apresenta uma diversidade enorme de situações e de soluções relativas à informação e ao desenvolvimento, pode-se constatar, mais ou menos obviamente, que há regiões mais atrasadas, em que

...praticamente nada existe que funcione como agência de informação. É um círculo vicioso: não há desenvolvimento porque não há conhecimento e não há conhecimento porque não existem recursos para organizá-lo e disseminá-lo de acordo com as necessidades. (MILANESI. 1991, p.142).

Em contrapartida, existem aqueles que não se interessam ou que se recusam a ter acesso à informação sob outras formas que não sejam as mesmas consideradas por eles como “habituais”, através das palavras e das imagens oferecidas por veículos da mídia, por exemplo, aceitos por eles como confiáveis, cujas informações podem ser vistas e ouvidas em suas próprias casas, até conferindo a eles o status de “testemunhas do fato”, no seu imaginário. Todavia, essa situação que, para Milanesi, configura a “anorexia informacional”

(MILANESI, 1991, p.117) inviabiliza a eliminação de dúvidas e define a inércia do saber/saber mais, raiando a inanição, a acomodação quanto ao conhecimento e ao desenvolvimento.

Se é fundamental ter acesso ao conhecimento para gerar novos - até para uso próprio - a falta de conhecimento, fincada na falta da informação, pode chegar, "... progressivamente, ao atrofiamento da capacidade de invenção" (MILANESI, 1991, p.27), que pode ser interpretada como a deterioração da criatividade; primeiro individual, depois coletiva.

A casa da invenção, como título, já exprime a proposta da obra. A casa é um "locus" de informação que promove o debate, ampliando as fronteiras do conhecimento, e propicia o resgate da criatividade, incentivando-a. Como esquema, é simples; como metodologia, expressa a ação cultural, na visão de Milanesi: informação - discussão - criação. Esta casa, leva o jeito daquela preconizada anos antes por Flusser para a nova biblioteca. Mas, continua dependendo da opção de quem dela se encarregue.

A proposição acima traz à baila algumas outras questões que preocupam, no cenário cultural brasileiro, quais sejam; as questões relativas à leitura, aos novos modos de conhecer, ao cenário das unidades de informação, ao contexto cultural, às políticas culturais; na realidade, cinco motes que o texto e o autor referidos oferecem à discussão.

A leitura, aqui, interessa apenas em dois de seus aspectos mais candentes: como habilidade - requisito para o estudo e a pesquisa em textos bibliográficos;



como possibilidade de acesso ao teor do texto literário, importante para a formação do senso estético e o domínio da palavra, com todas as suas implicações. Como elemento constitutivo da ação cultural, a informação – através do ato de informar–informar-se – envolve a leitura de textos impressos, em sua grande maioria, em que o grau da habilidade e da competência de leitura será um diferencial significativo. Por outro lado, a leitura habitual de textos literários, qualquer que seja o gênero, constrói um repertório cultural expressivo para o desenvolvimento intelectual e o desempenho sócio-cultural, vinculados ao debater e também ao criar. No entanto, a mídia impressa e a falada demonstram preocupações com a educação desta geração, apresentando matérias cada vez mais freqüentes sobre o baixo nível tanto de escrita quanto de leitura demonstrado pela geração de estudantes atualmente na escola. Menos competência, menos leitura, menos conhecimento, menos desenvolvimento. Apesar do problema, a biblioteca, em compasso de ação cultural, pode utilizar outros meios e formas de informação, independentes da leitura de textos, considerando o número grande de analfabetos que o País historicamente apresenta, acrescido agora de um contingente crescente de semi-analfabetos jovens.

Paralelamente ao tema da leitura, a ação cultural se depara com novos modos de conhecer, que envolvem novos hábitos, novas preferências, novos interesses, novos recursos e novas tecnologias. Os avanços ocorridos nas comunicações e as alterações ocorridas no cotidiano das pessoas impuseram

uma nova maneira de ser, mas também novos estímulos ao pensamento. A telefonia e a informática permitiram muitas novidades, inclusive a formação de redes de informação que fazem a conexão com o mundo e a recepção de informação por usuários que não precisam se afastar de casa ou do seu trabalho. O áudio e o vídeo ganham um novo destaque no processo de ensino-aprendizagem, colocando à disposição do aprendiz materiais que ele mesmo pode manipular, quando e onde lhe seja mais conveniente. Os cursos à distância, vieram para ficar. Os colégios já vêm substituindo as agendas escolares por disquetes com informações complementares e as tarefas do dia. E o “chat”, não é uma nova forma de trocar informações, de aprender? Entretanto, se o mundo moderno apresenta essas inovações, até certo ponto mais lúdicas do que uma cópia ou um ditado determinados pelo professor, mudou a cara do espaço de moradia, encolhendo-o e alijando as crianças do quintal com árvores para subir; empurrando-os para videogames, computadores e televisores, condicionando, inclusive, a sua aparência física. Apesar desta análise aligeirada, vale dizer que a prática da ação cultural, no que se relaciona com a disseminação da informação, precisa acompanhar esse tipo de mudança e avaliar a sua incorporação ao processo.

Quanto ao cenário das unidades de informação (bibliotecas, arquivos e museus), é aproximadamente o mesmo e tem muito a ver com o porte e os recursos da instituição e da localidade em que estejam inseridos. A prática da ação cultural, na maioria dessas unidades, é ainda bastante incipiente; o que se

pode constatar é a ocorrência isolada de atividades culturais, como exposições, mostras, palestras, recitais que, mesmo obedecendo a um programa e a um calendário, não configuram o processo articulado de informar – debater – criar (não necessariamente nessa ordem, como preconiza Milanese em vários de seus textos), sistematizado forçosamente em um projeto. Entretanto, é preciso mencionar que a aparência sisuda da maioria de tais unidades vem sendo paulatinamente amenizada; e, o exercício da função cultural que lhes é própria, soma-se ao seu aspecto mais agradável, transformando a visita a qualquer uma delas num motivo de prazer e de conhecimento. Todavia, tais práticas precisam se consolidar e se intensificar, porque, em geral, apresentam resultados positivos enquanto formas de disseminar informação.

O contexto cultural, em nosso País, é bastante diversificado, mesmo dentro da mesma região: ao lado de uma cidade-pólo cultural, em geral de grande porte, pode estar uma outra menor, desprovida de todo aparato cultural ou, às vezes, contando com apenas uma das unidades de informação, em precário estado de funcionamento. Atrelada tradicionalmente à Educação, a Cultura ainda não pode dizer que tenha vida própria e liga-se mais às artes do que às outras áreas. Também não se pode dizer que, apesar dos numerosos grandes talentos que enriquecem o cenário cultural brasileiro, o povo tenha acesso a eles, na qualidade de público. O que se pode dizer é que, no campo da Cultura, falta oportunidade para aqueles que se situam abaixo da média, na

escala social, seja para produzir, seja para consumi-la, ou mesmo para conhecê-la, em sua diversidade de manifestações, compartilhando do circuito cultural.

Por outro lado, se as políticas públicas para a Cultura passassem por avaliações criteriosas durante sua vigência, talvez pudessem ser fortalecidas pela sua continuidade e endossadas diante de resultado positivo, inclusive frente a uma transição de governo, o que favoreceria indiretamente a disseminação da informação nas unidades de informação, aqui referidas na sua totalidade, por meio de condições e recursos para a criação e a concretização de serviços e produtos informacionais.

Concluído este parêntese, retorna-se à questão específica da relação entre ação cultural e disseminação da informação, buscando em Teixeira Coelho alguns pontos para reflexão.

Após os textos de Flusser (1983) e Milanesi (1983), Teixeira Coelho lança, poucos anos depois, em 1988, *O que é ação cultural*, livro em que o autor resgata alguns elementos históricos a partir das idéias de Mário de Andrade em torno da arte-ação, para mostrar a evolução do conceito e evidenciar, primeiro, tudo que a ação cultural não é e nem deve ser, para, só ao término, desvelar o significado e os componentes essenciais da ação cultural, no capítulo final, que ele denomina de *A muda da lagarta*.

Porém, ao longo do texto, ele já adianta que "... o desejo de fazer da arte e da cultura, instrumentos deliberados de mudança do homem e do mundo permanecem – sob o novo rótulo de 'ação cultural' ” (TEIXEIRA COELHO,

1988, p.8) e que foi com o surgimento dos centros de cultura na década de 70, que se intensificou a discussão sobre a ação cultural, posicionada como o seu instrumento privilegiado de atuação.

O autor, entretanto, expõe sua preocupação com alguns aspectos da questão, perguntando-se: “de que cultura trata a ação cultural?” (TEIXEIRA COELHO, 1988, p.19), mesmo definindo-se como seu adepto – talvez, até por isso. Um outro ponto que ele aborda, no texto, é quanto ao agente cultural, que deve gerar “um processo e não um objeto”, pois, “O objeto pode até resultar de todo o processo, mas não se pensou nele quando se deu início ao processo e nisso está toda a diferença”. (TEIXEIRA COELHO, 1988, p.12-13).

Este posicionamento de Teixeira Coelho exprime sua preocupação também com o entendimento do que seja a meta da ação cultural por parte do agente. Se isto não ficar muito claro para ele, agente, o risco é de que desenvolva animação e não ação cultural, já que esta implica num projeto interdisciplinar para que outros criem seus próprios fins, em termos de arte e cultura. Nesse caso, “... a primeira grande decepção para o agente cultural brasileiro [seria] reconhecer que na ação cultural seu objetivo não é criar diretamente, mas apenas criar condições para que outros o façam”. (TEIXEIRA COELHO, 1988, p.65).

Assim, pode-se entender que o papel do agente cultural é o de coordenador do projeto e articulador da ação, para o qual deve estar muito bem preparado e consciente da sua relevância.

Ao ponderar que “... aqui só cabe dizer quais são; como fazer para alcançá-las, se isto não for evidente pó si mesmo, será tema de um outro livro, talvez...” (TEIXEIRA COELHO, 1988, p.93), o autor finalmente revela que a ação cultural, como ele a entende, deve ativar três esferas da vida do indivíduo e do grupo: a imaginação, a ação e a reflexão, mesmo ressaltando que não são esferas específicas da ação cultural. Para ele, esta é a lagarta referida, pois “... sua visão só é tolerada quando é possível antecipar a imagem transfigurada e multicolorida que dela vai surgir” (TEIXEIRA COELHO, 1988, p.94).

O prometido no título do livro é cumprido, porque o autor chega ao seu conceito de ação cultural e o envolve em diversas implicações, detalhando-as e esclarecendo-as. Porém, como uma impertinência involuntária, fica a tentação de transformar os títulos da Coleção Primeiros Passos em perguntas. Daí, *O que é ação cultural?*; que gera novas expectativas em torno do próprio fazer – já que se trata de uma proposta de ação –, deixado deliberadamente em suspenso pelo autor até uma eventual oportunidade.

A publicação do *Dicionário crítico de política cultural*, em 1997, veio sistematizar os conhecimentos sobre a temática e, ao mesmo tempo expor o avanço conceitual, com o aporte de reflexões conexas. A distância no tempo e as diferenças entre os públicos destinatários de ambas as obras de Teixeira Coelho, deram ao Dicionário um lugar de destaque entre a literatura impactante para a Ação Cultural e, indiretamente, para os profissionais envolvidos com disseminação da informação.



Nesse sentido, retomam-se aqui as reflexões, a partir dos tópicos extraídos de *O que é ação cultural*: o conceito e o agente.

Conceitualmente, a posição de Teixeira Coelho (1997, p.32) reafirma o que está dito no texto anterior, apesar do tempo decorrido entre a publicação de ambos. Essa é, portanto uma posição firme, consolidada, em que Teixeira vincula a ação cultural – de forma peremptória – a uma determinada política cultural. Entretanto, acrescenta um novo enfoque, à página 33, afirmando que “... estabelece-se uma gradação entre dois tipos básicos de ação cultural, segundo seus objetivos: a ação cultural de serviços e a ação cultural de criação”.

Ao esclarecer que

a ação cultural de serviços é, antes, uma forma de animação cultural que lança mão de diferentes modalidades de relações públicas, de propaganda ou de publicidade, com o objetivo de vender [...] ou de aproximar desses produtos um público (ou clientela) pouco receptivo...” (TEIXEIRA COELHO, 1977, p.33),

O autor remete-nos à segunda opção, ainda na mesma página, observando que

a ação cultural de criação, ou ação cultural propriamente dita propõe-se [...] a fazer a ponte entre as pessoas e a obra de cultura ou arte para que, dessa obra, possam as pessoas retirar aquilo que lhes permitirá participar de um universo cultural como um todo e aproximarem-se umas das outras;

para, em seguida, afirmar que “... a ação sociocultural tende a colocar uma pessoa, um grupo ou uma comunidade, em condições de exprimir-se em todos os aspectos da vida social”.

Como se pode perceber, a ação cultural de criação e não a de serviço é que pode contribuir para o desenvolvimento individual e da comunidade, porque chega ao nível inventivo e abre horizontes mais amplos de conhecimento e de experimentação. De certa forma, abre espaço para a disseminação da informação que lhe é pertinente, durante o processo. Todavia, as estratégias de ação ainda não foram discutidas pelo autor referido; continuam em aberto.

Quanto ao agente, Teixeira Coelho (1988, p.57) já detalhara um perfil:

O agente cultural será um profissional capaz de entender os mecanismos de atuação em grupo que possibilitem a esse grupo o exercício da criatividade (ao invés de castrá-lo para isso, como ocorre com frequência) e capaz de conhecer a natureza e possibilidades das linguagens e equipamentos culturais de que se servirá – e que por isso mesmo terá condições de equacionar sua própria presença e intervenção no grupo, ou junto ao indivíduo, de modo a não perturbar exageradamente a natureza (para não dizer a “autenticidade”) do processo. Não pode, porém, deixar de reconhecer a função muito especial que exerce.

diferentemente do que afirma em outra parte do mesmo texto, à página 65, de que o agente cultural nada cria, além de oportunidade para os outros criarem. O perfil é importante para que crie as oportunidades, como coordenador de um projeto, sem ser ele mesmo o interventor no grupo, como o teor do texto deixa entender.

Essa é uma questão que não pode deixar dúvidas quando se fala de ação cultural, no âmbito das unidades de informação (bibliotecas, arquivos e museus), cujos profissionais têm competência para administrá-las e administrar projetos, mas que, por força de sua formação, não têm o conhecimento específico para

desenvolver aquela determinada ação cultural em processo; mais de acordo, portanto, com a palavra de Teixeira Coelho (1997, p.42), quando afirma, então, que o agente cultural é “... aquele que, sem ser necessariamente um produtor cultural ele mesmo, envolve-se com a administração das artes e da cultura...”.

Se para Flusser existem problemas quanto à invenção, à formulação e a criação de idéias, no cotidiano das pessoas, Teixeira Coelho aponta para as três esferas da vida que poderiam facilitar o encontro das soluções, cujas estratégias são proporcionadas por Milanesi, num esquema ao alcance das unidades de informação(todas): informar – discutir – criar oportunidade para o afloramento da criatividade e de novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. *Revista da Escola de Biblioteconomia*. UFMG, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.145-169, set. 1993.

MILANESI, Luís. *A casa da invenção: centros de culturas: um perfil*. São Paulo: Siciliano, 1991. 189p.



TEIXEIRA COELHO. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 94p. (Coleção Primeiros Passos, v.216)

TEIXEIRA COELHO. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997. 383p.



CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Ao retomar os diversos aspectos da disseminação da informação que se articularam neste texto, confesso que me penaliza perceber que a falta de hábito de leitura e de frequência à biblioteca/unidades de informação faz com que ambas não ocupem espaço significativo no cotidiano das pessoas, em geral. Porém, penaliza-me, mais ainda, que os profissionais da informação não assumam de frente esses problemas, que são culturais, antes de qualquer coisa.

Considero que a leitura, que não foi aqui destacada, é fundamental para conectar quem quer que seja com algum tipo de conhecimento (o informar-se, o conhecer) para o estudo, o trabalho e a pesquisa; mas também para passar o tempo, divertir-se, por lazer, para rir, enlevar-se ou chorar.

Porém, nestas últimas considerações, em que os tópicos são abordados de forma singela, talvez sem a racionalidade acadêmica escrita, creio que cabe falar de leitura e do pouco ou quase nenhum uso da biblioteca/unidade de informação por jovens que não se vejam às voltas com tarefas. Não é da cultura, não é agradável (muitos consideram assim), falta a espontaneidade.

Mas, se todos dizem que é preciso ler para conhecer e desenvolver-se, todos dizem também que é com a leitura que o caminho para a condição cidadã fica mais fácil; no entanto, perdem-se alimentos para o povo, por incompetência,

assim como se perdem oportunidades ímpares de supri-lo com informações significativas, deixando-o na apatia ou no torpor intelectual.

Nesse estado geral de semi-inanição informacional, alguma coisa pode ser feita, contando com aquilo que já se tem à mão – a informação. Como alimento, precisa ser disseminada, a título de alerta, com vistas ao seu uso e aproveitamento até para levar à situação de “eu sei – eu quero”, ou “eu sei – eu não quero”.

Nessa direção, o papel do agente da disseminação, em seus aspectos informacional, educacional, e cultural, que poderia estar coerente com o discurso e consistente na ação, ainda precisa ficar muito mais forte nos três sentidos, inclusive naquele que é a sua prerrogativa primordial: o de informar, em todos os assuntos, em todos os campos, em todas as searas. A sociedade, em nossos dias, diante de tantos problemas, precisa de uma ação informacional enérgica, encabeçando os outros dois aspectos mencionados.

Neste trabalho, um outro ponto que causou-me certa estranheza foi quanto à exigüidade de trabalhos que façam a compilação de serviços e produtos informacionais, distinguindo-os com clareza; considero que esse é um trabalho importante, em cuja tecla se deve bater tenazmente, já que os bibliotecários/profissionais da informação não fazem disso uma constante na sua atuação e, dos que fazem, são poucos os que o relatam, criando exemplos e alargando o rol de ofertas.

É lamentável que tal ocorra, fragilizando o próprio desempenho do usuário, sobre o qual incide, no propósito e/ou na meta que se deseja de desenvolvimento, de cidadania e de bem-estar.

Pouco se atua em relação ao leitor/ao usuário mais jovem, aquele que mais precisaria de atenção, em termos de disseminação da informação. É preciso considerar que, como jovem, ele está em pleno processo de formação e deveria ser priorizado, pois ninguém nasce sabendo usar e tirar proveito da informação, transformando-a em conhecimento.

A ação cultural, se bem aprendida, por ser instigadora, apresenta amplas possibilidades de reforço na disseminação da informação, principalmente com os mais novos, que merecem todo o investimento que se possa fazer, como usuários da informação, principalmente numa sociedade como a nossa, de muitas raízes e de pouca memória.

A demanda de informação pelos jovens não é muito intensa, se excluirmos o que a escola aponta. Por não terem o hábito ou por não saberem como fazê-lo, deixam de nutrir-se de informação e de conhecimento, numa situação que precisa ser quebrada para não se perenizar; na biblioteca pública, ao menos como possibilidade ainda um pouco explorada.

Em contraste, são os pesquisadores experimentados e os executivos de sucesso os clientes mais exigentes e para quem se direcionam, de forma nítida e indubitável, serviços informacionais bem estruturados e produtos requintados.



O que se considera, então, é que os profissionais que lidem com os jovens usuários façam um trabalho de disseminação da informação de qualidade para esse público, considerando suas características e seu perfil, de tal forma que haja clareza sobre o quê se proporciona, para quem se proporciona e porquê se proporciona.



REFERÊNCIAS

ABATH, Rachel Joffily; RIOS, Gilvano Sá Leitão; MELO, Denise Gomes Pereira. A necessidade de uma fertilização mútua entre os campos da documentação acadêmica e alternativa. *Informação & Sociedade: estudos*. João Pessoa, v.6, n.1, p.23-44, 1996.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. *Avaliação de Serviços desenvolvidos no Serviço de Referência e Informação em bibliotecas públicas*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade São Paulo.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. *Sociedade e biblioteconomia*. São Paulo: Polis, 1997. 129p. (Coleção Palavra Chave, v.7)

ARANTES, Antonio Augusto. A preservação de bens culturais como prática social. *Revista de Museologia*, p.12-16, 2º sem., 1989.

BARROS, Maria Helena T. C. de. *Leitura do adolescente: uma interpretação pelas bibliotecas públicas do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia – Escola de Comunicações e Artes – Universidade São Paulo.



BARROS, Maria Helena T. C. de. *Presença de elementos pedagógicos nos serviços biblioteconômicos*. Campinas, 1987. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia – Pontifícia Universidade de Campinas.

BARROS, Maria Helena T. C. de. *Projeto dinamização da cultura, do lazer, e da cidadania no Município de Echaporã*. Marília, 2001. (em meio eletrônico)

BARROSO, Maria Alice. Brasil: a preservação da cultura através da tecnologia. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.18, n.3/4, p.122-129, jul./dez., 1985.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. *Educação de usuários de bibliotecas universitárias: da conceituação e sistematização ao estabelecimento de diretrizes*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade São Paulo.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; MACEDO, Neusa Dias de. Da educação de usuário ao treinamento do bibliotecário. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.23,n.1-4, p.78-111, jan./dez.1990.



BORTOLIN, Sueli. *A leitura literária nas Bibliotecas Monteiro Lobato de São Paulo e Salvador*. Marília, 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista.

CASTRO, César Augusto. Profissional da informação: perfis e atitudes desejadas. *Informação e Sociedade: estudos*. João Pessoa, v.10, n.1, p.142-156, jan./jun. 2000.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. Informação e cidadania as portas do terceiro milênio. *Revista da Escola de Biblioteconomia*. UFMG, Belo Horizonte, v.22, n.1, p.108-109, jan.-jun. 1993.

CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n.31, p.15-29, jan./jun., 2002.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Primeiros Passos, v.250)

CUNHA, Miriam Vieira da. O profissional da informação e o mercado de trabalho. *Informação e Sociedade: estudos*. João Pessoa, v.10, n.1, p.159-167, jan./jun. 2000.



FAUNDEZ, Antonio. *O poder da participação*. São Paulo: Cortez, 1993. 120p.
(Coleção Questões da Nossa Época, v.18)

FERNANDES, Emanuela Arantes. *A biblioteca escolar frente à política educacional no Estado de São Paulo (1991 a 1999)*. Marília, 2000. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [s.d.]. 1499p.

FIGUEIREDO, Nice M. *Tópicos modernos em Ciência da Informação*. Lorena, SP: Gráfica Santa Teresa, 1994. 146p.

FONSECA, Edson Nery da. *Introdução à biblioteconomia*. Prefácio de Antonio Houaiss. São Paulo: Pioneira, 1992. 153p.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. *Revista da Escola de Biblioteconomia*. UFMG, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.145-169, set. 1993.



